



Rev.

1620

M

# 25 de Abril

ção da  
SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO



Novo programa  
para a emigração



A segunda vitória do  
povo sobre o fascismo



OUTUBRO / 1974

*Nós só prometemos à Pátria  
trabalho e mais trabalho.  
Prometemos — e já estamos  
a caminho disso — justiça social  
(...), condições para que  
amanhã os vossos filhos  
e os vossos netos  
não tenham necessidade  
de emigrar para o  
estrangeiro.*

**Vasco Gonçalves**, 1.º ministro do G. P. Português



**5**

Editorial

**6**



25 DE ABRIL: UM COMEÇO

**10**



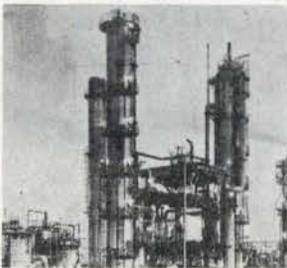
NOVO PROGRAMA  
PARA A EMIGRAÇÃO

**15**



Repensar o turismo

**19**



Economia

**24**



ENCANTO SOBRE EMIGRAÇÃO

**26**

A «ACÇÃO NACIONAL»  
CONTRA OS EMIGRANTES

**27**



Os temporários na Suíça

**34**



O Sindicalismo em Portugal

**38**



Como nos velhos tempos

**39**



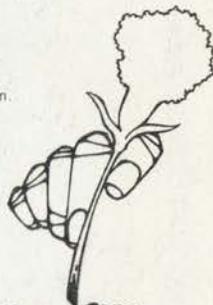
A morte do  
império colonial português

**41**

Este mês aconteceu...

**48**

As cartas  
que nos  
escreveram.



*Mrs. Helen ...  
... ..*

**50**

Última hora





**ADRIANA**

*De entre os vários objectivos da Secretaria de Estado da Emigração, um dos mais importantes é, sem dúvida, a correcta informação da realidade portuguesa ao Emigrante afastado do cenário central da evolução socio-política. Num processo que se pretende de radical transformação, porque democrático, tal preocupação afigura-se-nos salutar e indispensável.*

*Salutar, porque nos comprometemos a falar o que é e não o que convém, sem mascarar as deficiências tanto da evolução política em geral, como do nosso trabalho em particular. Indispensável, porque se deseja e se garante uma participação efectiva do Emigrante, o principal protagonista, e o mais importante, desta mensagem-diálogo que pretende uma conjugação de esforços, cada mês mais ampla, cada mês mais efectiva.*

*«25 de Abril» é o nome da vossa revista. 25 de Abril é o símbolo de tudo o que se fizer de novo em Portugal. Para além do símbolo, o 25 de Abril é uma data. É também um movimento. Na data, a esperança de que a revolução democrática estava começando. No movimento, a responsabilidade de que a revolução democrática não pode parar. Mesmo que a esperança não haja sido de todos, foi com certeza do Emigrante. Mesmo que nem todos queiram ou possam assumir a responsabilidade, o Emigrante quer, pode e deve assumi-la para que, pelo menos, o seu filho possa viver em Portugal. O Emigrante merece na sua revista o título-símbolo de uma data-movimento, marco importante, e lutemos para que decisivo, da História de Portugal.*

*O Emigrante, sofrido, desrespeitado, explorado, tem todo o direito de esperar muito do Governo Provisório, mas não pode esquecer as limitações de sua potencialidade, por contingências de um período de transição, provisório que é no nome, na acção e no tempo. Agora, se o Governo Provisório, por honestidade, é forçado a dizer ao Emigrante «Tens de ficar no estrangeiro. Não te podemos ainda dar emprego em Portugal», deve pelo menos, e já, assegurar que o Emigrante seja menos sofrido e nunca desrespeitado ou explorado. No entanto, o Emigrante tem um papel decisivo para que o Governo Provisório, através principalmente da Secretaria de Estado da Emigração e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o ajude a garantir um menor sofrimento, um completo respeito e a morte da exploração. O saneamento dos fascistas, dos corruptos, dos incompetentes, dos exploradores, que grassam no estrangeiro, em toda uma máquina repressiva ainda em grande parte por dismantelar, é também obra do Emigrante. Mas por ser obra, tem de ser séria e responsável, justa e eficaz. Não será dada guardada, nem encaminhada, qualquer denúncia que não esteja devidamente caracterizada e assinada, que não seja, pois, compatível com o objectivo fundamental: a democratização e, como consequência, a verdade, a dignidade e a liberdade como conquista dos trabalhadores portugueses, unidos dentro e fora do País.*



Vinte e  
cinco de  
Abril:

# Um começo

25 de Abril é o nome da nossa revista.  
25 de Abril é a data da morte de uma ditadura  
que durante quarenta e oito anos oprimiu  
e regimiu sob a sua bota o povo português.  
25 de Abril é a data que marca para todos nós  
a esperança de um Portugal novo, onde  
caibamos todos, onde cada um alcance o direito  
a um trabalho e a uma vida decentes.

Do que aconteceu neste dia já todos sabemos  
um pouco:

Uma parte do Exército, organizada no Movimento  
das Forças Armadas, compreendendo que  
a ditadura já não tinha mais futuro porque o povo  
a combatia, percebendo que era impossível  
continuar a guerra colonial porque ela  
desencadeava um descontentamento cada vez  
maior mesmo dentro do próprio Exército,  
fez um golpe de Estado que derrubou Tomás  
e Caetano.

As primeiras horas da manhã do dia 25, quando  
ainda se sabia muito pouca coisa do que se  
tinha passado — e apesar de os militares  
pedirem insistentemente, através da rádio,  
às pessoas para ficarem em casa — o povo  
invadiu as ruas dando largas à sua alegria de  
ver derrubado o regime que durante tantos  
anos o oprimia.

As sedes das instituições fascistas, desde a  
Legião Portuguesa ao Ministério das Corporações,  
passando pela Acção Nacional Popular  
e o seu jornal fascista «Epopa», são ocupadas  
e cercadas pela população.

Os Pides mais conhecidos são perseguidos  
e entregues ao Movimento das Forças Armadas,  
a sede desta sinistra polícia cercada por uma  
enorme multidão que obriga os Pides lá  
refugiados a render-se — não sem que antes eles

tenham atirado sobre os manifestantes e feito  
mais alguns mortos.

É assim que o povo português conquista uma  
e uma a extinção e dissolução dos mais odiosos  
instrumentos de repressão do regime, a rendição  
de Tomás e Caetano, o fim do fascismo.

Com o povo português, no meio dele, em todas  
estas manifestações, os soldados colaboram  
no desmantelamento das estruturas fascistas,  
negociam-se com o povo das vitórias alcançadas.

Mas o povo português não se contenta com a  
extinção dos órgãos de repressão. Ele sabe  
que o que permitiu ao regime de Salazar-Caetano  
durar tanto tempo foi a ausência completa  
de organização independente dos trabalhadores,  
foi a possibilidade para eles de proibir todas  
as liberdades democráticas de expressão  
e organização.

Por isso os trabalhadores ocupam imediatamente  
as sedes dos sindicatos fascistas e das  
Casas do Povo, põem na rua os laços do antigo  
regime, declaram os seus sindicatos livres  
e independentes, proclamam a sua vontade de  
reconstruir a Confederação Geral dos  
Trabalhadores Portugueses.

Por isso nas Juntas de Freguesia, nas Câmaras  
Municipais e mesmo nos Governos Cívicos,  
o povo expulsa os responsáveis fascistas e põe  
no lugar deles pessoas da sua confiança.

Por toda a parte, nas cidades e no campo, o povo  
conquista na prática as liberdades de que  
tinha sido privado durante quase meio século,  
faz de Portugal o país mais democrático do  
mundo de hoje.

Os fascistas e reaccionários nem osaram mais  
afirmar que o eram: todos tentam fazer passar  
o seu veneno de sempre sob a capa da  
democracia: todos se transformaram em palavras  
em ardentes defensores das liberdades.  
É em nome do progresso social e da



«consolidação da democracia», que eles vão opor-se tenazmente às reivindicações e aspirações dos trabalhadores, que naturalmente procuram fazer uso das liberdades conquistadas para melhorar o seu nível de vida, alcançar uma mais justa repartição da riqueza, expulsar das fábricas e das empresas todos os fascistas.

Os grandes patrões monopolistas, que durante anos e anos só encheram os seus bolsos à custa da sobreexploração dos trabalhadores, não podem aceitar que esse «estado de coisas» se modifique.

A independência das colónias, o agravamento da crise económica internacional, aliadas às liberdades de que hoje os trabalhadores usufruem, ameaçando diminuir brutalmente os seus lucros fabulosos, levam-nos a tentar a todo o custo voltar à situação anterior.

É por isso que grande parte deles logo a seguir ao 25 de Abril ficaram tão aterrados que começaram a mandar os seus capitais para o estrangeiro, a fechar as fábricas, a deixar apodrecer as colheitas, etc., etc.

Outros, vendo o perigo desta atitude — porque nesses casos, muitas vezes os trabalhadores tomam as empresas à sua própria conta e fazem-nas funcionar — preferem investir os seus capitais, pedir empréstimos ao estrangeiro, evitar que a situação se agrave, para impedir os trabalhadores de irem mais longe.

Mas tanto uns como outros — de maneiras diferentes, é claro — querem evitar a todo o custo que as liberdades e direitos democráticos que existem hoje se consolidem e alarguem, querem poder voltar a tirar todos os direitos e liberdades ao povo trabalhador.

Só que hoje eles não têm nem a força, nem os meios para amordaçar os trabalhadores e impor o regresso ao fascismo.

A força daqueles que aspiram a alargar e consolidar definitivamente os direitos e liberdades democráticas, a melhorar de vez as condições de vida dos que trabalham, a impor uma repartição da riqueza social que não dê quase tudo a uns poucos e muito pouco a quase todos — e que são a grande maioria da população portuguesa — é hoje muito maior do que a daqueles que gostariam de poder voltar atrás, liquidando todas as possibilidades abertas pelo 25 de Abril.

É verdade que as forças da reacção estão vigilantes, tentam levantar a cabeça, sonham



# Vinte e cinco de Abril: um começo

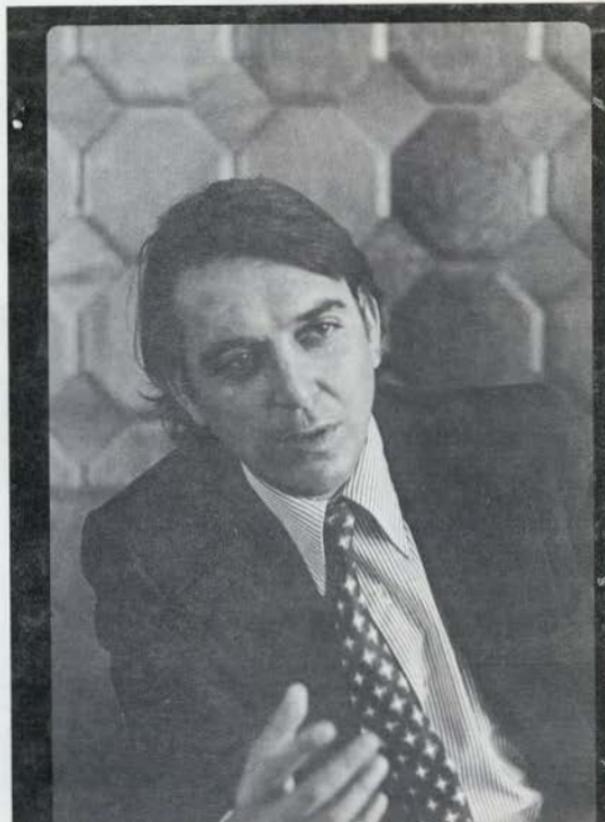


em fazer em Portugal o que o general Pinochet fez no Chile.

Mas essas forças só poderão ir para a frente, se a força imensa de todos os oprimidos não se concentrar e centralizar numa força única e independente.

E é esta força que é preciso criar e impor aos que a não querem, porque só ela pode permitir efectivamente acabar com todos os males de que sofremos, dar a cada um uma vida melhor, facultar o regresso de todos aqueles que para ganharem o seu pão, para conquistarem o simples direito ao trabalho, foram obrigados a partir para longe das suas terras.

# NOVO PROGRAMA PARA A EMIGRAÇÃO



Na grande manifestação de 11 de Agosto passado, em que estiveram presentes milhares de emigrantes a dar o seu apoio ao Movimento das Forças Armadas e ao Governo Provisório, o Secretário de Estado da Emigração, eng.º Pedro Coelho, proferiu algumas palavras que podemos considerar o seu programa de actuação junto dos portugueses que trabalham no estrangeiro. «25 de Abril não podia deixar de enviar essas palavras a todos os emigrantes que não puderam estar presentes nessa tarde em Lisboa. —tar presentes nessas palavras do eng.º Pedro Coelho, as palavras do eng.º Pedro

## Novo programa para a emigração

Portugueses, Portuguesas: É com grande alegria que o S. S. E. dirige uma saudação aos portugueses. E digo que é com grande alegria, porque falo em nome do primeiro Governo que pode legitimamente sentir-se capaz de falar em nome de um projecto digno da Nação portuguesa aos emigrantes portugueses.

Efectivamente os emigrantes portugueses estão agora a reencontrar-se com um Portugal novo, com um Portugal liberto, com um Portugal que já não é só o Portugal de alguns, mas que pretende ser, cada vez mais, o Portugal de todos os portugueses. É, portanto, em primeiro lugar, um momento de alegria. Durante largos anos, os emigrantes portugueses na Europa e no mundo, ao mesmo tempo que constituem uma fonte de riqueza material para a nação que era essencial à continuação e à sobrevivência do regime fascista, pois ao mesmo tempo que eles eram vistos como tal, também lhes era negada toda a protecção, também eram tratados em Portugal como gente de segunda categoria, como se efectivamente não tivessem jus à qualidade de nacionais, à qualidade de verdadeiros trabalhadores pelo bem deste país. O fenómeno da emigração surgiu como inevitável num país como o nosso, de estruturas capitalistas atrasadas, no qual nunca o Governo teve a coragem de encetar uma verdadeira política de desenvolvimento económico, confinando-se antes ao mero protecçãonismo dos interesses do capitalismo parasitário. Situando-se o nosso país na periferia duma Europa altamente industrializada, a emigração resultou naturalmente dos

o direito de nele viverem e aqueles que só têm o direito de para ele enviar dinheiro não pode ser um país verdadeiramente democrático. Ora, a revolução do 25 de Abril tem um objectivo principal: devolver Portugal aos portugueses.

Portugal não continuará a ser uma coutada duns tantos, mas a ser verdadeiramente propriedade de todos os seus habitantes. Se me pedissem para enumerar os grandes problemas da nação portuguesa neste momento, eu colocaria à frente de todos os problemas da democratização, da descolonização, do desenvolvimento económico e da emigração.

Todos eles se relacionam intimamente. Não haverá democratização sem descolonização. Não haverá democratização sem desenvolvimento económico, porque os direitos políticos sem os direitos económicos e sociais não fazem sentido. Não haverá democratização sem se resolver o problema da emigração, porque não podemos voltar a permitir que o viver em Portugal seja um luxo de que só podem usufruir alguns portugueses.

Meus amigos, este é como já dissemos um momento de alegria, um momento de reencontro dos portugueses com a política portuguesa restituída à liberdade pelo 25 de Abril. Ninguém poderá negar a legitimidade da nossa satisfação. Porém, o movimento do 25 de Abril, o M.F.A. e as forças democráticas não querem fazer política de palavras, a política da demagogia. Todos nós sabemos que por muito legítima que seja esta festa, por muito razoável que seja



próprios mecanismos de funcionamento da economia capitalista.

Mas a emigração não é um fenómeno que se possa encarar com a frieza dos raciocínios técnicos, com a frieza dos números. O problema da emigração coincide, afinal, com todo o problema da nação portuguesa. Um país que está dividido entre aqueles que têm

a nossa alegria, os problemas da emigração e do nosso país não se resolvem com festas, não se resolvem com homenagens. O problema da emigração é demasiado sério para que neste momento vos possa falar sem aludir à gravidade da situação actual, à necessidade de todos nós trabalharmos para a construção de um Portugal diferente.

Para tanto, é necessário que saibamos falar claro, que saibamos verdadeiramente dialogar. Ao contrário do que era hábito dos governantes deste país temos que falar a linguagem da verdade. E para falar a linguagem da verdade, impõe-se responder a algumas perguntas, incómodas e esclarecer dúvidas que naturalmente assaltam o espírito de muitos de nós. Pergun'arão naturalmente os emigrantes portugueses se o Governo Provisório lhes vai dizer para voltarem ao País. É evidente que o desejo do G. P. não poderia ser outro. Acontece porém que só por pura demagogia se poderá fazer tal afirmação. Todos sabemos que o problema do desenvolvimento económico não se resolve de um dia para o outro, a mais de um milhão de trabalhadores portugueses, que se encontram dispersos pelo mundo, a resposta que permitisse empregar todo esse potencial de mão-de-obra disponível. Isso arrastar-nos-ia para uma crise económica e social de consequências imprevisíveis. O G. P. não diz aos emigrantes que regressem. O G. P. diz aos emigrantes que vai criar condições para os trabalhadores portugueses que cá estão neste momento deixem de ter necessidade de continuar a ir para o estrangeiro. O G. P. diz aos emigrantes que, no imediato e a curto prazo, tudo fará para os apoiar, para criar condições para que eles não sejam barbaramente explorados nos países onde trabalham. Porque o G. P. existe para cumprir o programa político do M.F.A., isto é, um programa político de transição embora tenha de tomar as medidas imediatas que preparem o País para a democracia e para a justiça social.

É neste contexto que se insere a acção da S.E.E. mas é preciso, em primeiro lugar, que se compreenda que a S.E.E. é um organismo que só fará sentido, afinal, enquanto o problema da emigração não for resolvido, isto é, enquanto a emigração não acabar. O problema global da emigração ultrapassa o âmbito duma Secretaria do Estado. A função desta não poderá ser senão tomar uma série de medidas práticas tendentes a promover a defesa efectiva dos portugueses emigrantes, quer no País quer no estrangeiro. Nesse sentido, impõe-se reestruturar os serviços da S. E. E., a fim de lhes conferir eficiência, de diminuir a burocracia, de os gerir de uma forma mais dinâmica e de lhes dar uma maior dimensão. O facto de na nova estruturação ministerial se ter dotado a S. E. E. duma maior importância, deixando de ser um simples secretariado integrado na Presidência do Conselho, e passando a ser uma Secretaria do Estado dependente do Ministério do Trabalho significa exactamente que se pretende que ela passe a desempenhar um papel efectivo na defesa dos direitos do emigrante. Deste modo, há toda uma série de medidas, essencialmente de origem imediata aparentemente modestas, mas que os nossos emigrantes, que durante anos e anos viveram completamente entregues a si próprios, apreciarão devidamente. Entre essas medidas, gostaria de destacar a revisão de acordos de emigração existentes e a criação de novos acordos com países onde eles não existam, de modo a trazerem verdadeiras garantias de protecção aos nossos emigrantes no respeitante a salários, no respeitante a segurança social e no respeitante ao direito de habitação e a assistência médica. A colaboração íntima entre a nossa Secretaria de Estado e o Ministério dos Negócios Estrangeiros é, neste aspecto, de primordial importância. É preciso que os consulados e as embaixadas passem a estar verdadeiramente ao serviço dos emigrantes portugueses, sejam para eles um local de acolhimento, de protecção e defesa dos seus interesses e não, como até aqui, agentes de uma entidade que aparece aos seus olhos, quase como um inimigo.

Por outro lado, a S. E. E. vai procurar desenvolver no nosso país serviços para acolhimento e informação dos emigrantes durante as suas férias, vai procurar facilitar procedimentos burocráticos e receber os emigrantes em Portugal da forma a que eles têm direito.

Mas tudo isto são medidas a tomar dentro do nosso

país. E a acção da Secretaria de Estado tem de passar a ganhar uma nova dimensão, que é a dimensão de presença no estrangeiro. Estar presente, em primeiro lugar, através duma informação objectiva sobre a actual situação no nosso país. Todos nós sabemos que circulam boatos na França, na Alemanha, no Canadá, na América ou no Brasil, acerca da situação política portuguesa; são postas a correr as notícias mais caluniosas, por vezes com nítidos objectivos de ordem política. Ora, é preciso que os nossos serviços junto das embaixadas e dos consulados se empenhem numa importante função de esclarecimento da opinião pública, mesmo através dos órgãos de Informação desses países. Nesse sentido, a S. E. E. está a preparar o lançamento de uma revista que seja um verdadeiro correio de Portugal e que possa fornecer uma informação verdadeiramente objectiva sobre aquilo que se passa no País.

É sabido que alguns desses boatos foram difundidos por inimigos da jovem democracia em Portugal, com o objectivo de convencer os emigrantes a não mandarem as suas remessas de dinheiro. Os serviços desta Secretaria de Estado terão de combater implacavelmente este tipo de atitudes. Portanto, torna-se da maior importância a criação dos serviços de assistência, coordenados pela Secretaria, junto dos diversos consulados e embaixadas. Para esses serviços, cuja preparação já estamos a trabalhar neste momento, se pede a colaboração de todos os emigrantes, até no sentido de sugerirem dentre eles pessoas



competentes e democratas, capazes de desempenhar correctamente essas funções. Entre as funções de assistência que terão estes serviços, eu gostaria de destacar as funções de assistência jurídica, de informação sobre os mecanismos que regem os contratos de trabalho, indicando ao emigrante quais são verdadeiramente os seus direitos, ou promovendo

o estreitamento de relações com os sindicatos dos países em que estão, os quais estão agora interessados em colaborar connosco, ao contrário do que acontecia com os serviços do antigo regime.

Por outro lado, enquanto o problema da emigração se mantiver, enquanto não for possível reduzir consideravelmente a quantidade de portugueses que vivem no estrangeiro, há todo um problema de ordem cultural que se põe, e que é o problema da ausência de contactos com a cultura e com a língua portuguesas. O facto de Portugal ter emigrantes espalhados por todo o mundo é, numa primeira instância, um facto negativo. Mas o facto de a cultura portuguesa entrar em contacto com outras formas culturais pode ser também um facto positivo, se nós soubermos desenvolver uma política cultural que permita manter ligação do emigrante com a cultura e a língua portuguesa. Temos, portanto, de colocar, com a maior urgência e seriedade, o problema das ligações culturais com os portugueses que estão em França, que estão na Alemanha, que estão na América, na Venezuela ou que estão no Canadá. Nessa ordem de ideias, o problema que se nos depara é, obviamente, o problema do ensino. Se não realizarmos a tarefa de ensinar os filhos dos emigrantes eles tenderão a desnacionalizar-se, a perder os laços que os unem a Portugal. Nesse capítulo, o M. E. C. terá de realizar uma importante tarefa em colaboração íntima com os serviços da nossa Secretaria de Estado. Mas por outro lado, haverá também que fomentar o ensino para adultos, visto que, em muitos casos são os próprios emigrantes que dele necessitam. Haverá ainda que fomentar cursos de aperfeiçoamento profissional, de colaboração com as entidades locais, especialmente nos casos que possam vir a ter um verdadeiro interesse para a indústria nacional, quando eles regressarem.

Ainda neste domínio da ligação cultural com a pátria, está nos projectos da S. E. E. promover actividades

intérpretes do povo português, àqueles que se preocuparam sempre com os problemas nacionais e que podem ajudar os emigrantes a interpretá-los correctamente.

Aqui está, em linhas muito rápidas, o programa que eu procurarei pôr em execução na S. E. E. Mas é necessário, por outro lado, que sejam vocês, os próprios emigrantes, a manifestarem-se, que sejam vocês próprios a dizer à S. E. E. o que desejam dela. Meus Amigos: o programa que vos acabo de expor é sem dúvida modesto, mas bom seria que todos uníssemos os nossos esforços, no sentido de o levarmos a cabo. O Movimento de 25 de Abril e a destruição do fascismo trouxeram a todos nós uma grande alegria. Sucede porém que temos de transformar essa alegria em trabalho, essa satisfação legítima num esforço comum para erguermos das ruínas do regime que foi deposto, um Portugal novo, um Portugal verdadeiramente democrático, um Portugal que seja de todos os portugueses. Costumava dizer-se que os emigrantes foram aqueles que votaram com mais força contra o regime passado.

Pois bem, meus amigos, agora é preciso que os emigrantes possam apoiar o novo regime democrático, colaborando com ele, interessando-se pelos problemas. Nós já expusemos o nosso programa, pedimos para ele a vossa adesão. Mas isso não significa que nos julgemos dispensados de prestar contas por ele e que julgemos poder agora descansar à sombra dos louros da vitória antifascista. A hora é de trabalho o que vos pedimos é a vossa adesão sincera, o que vos pedimos é o vosso apoio a um projecto de construção de Portugal.

Agora, nos países onde vocês trabalham podem orgulhar-se de ser portugueses, podem orgulhar-se naquele que é, no dizer de muitos estrangeiros, o país mais livre da Europa.

Meus amigos, vocês são em cada dia os verdadeiros embaixadores de Portugal no mundo, vocês são



de índole cultural para emigrantes no estrangeiro: filmes, grupos de teatro, presença de intelectuais de reconhecido valor, que possam ser veículos de Portugal junto dos portugueses emigrantes. Porque se, até agora, esses raros contactos só foram permitidos a políticos de segunda ordem, urge agora que eles sejam facultados aos verdadeiros

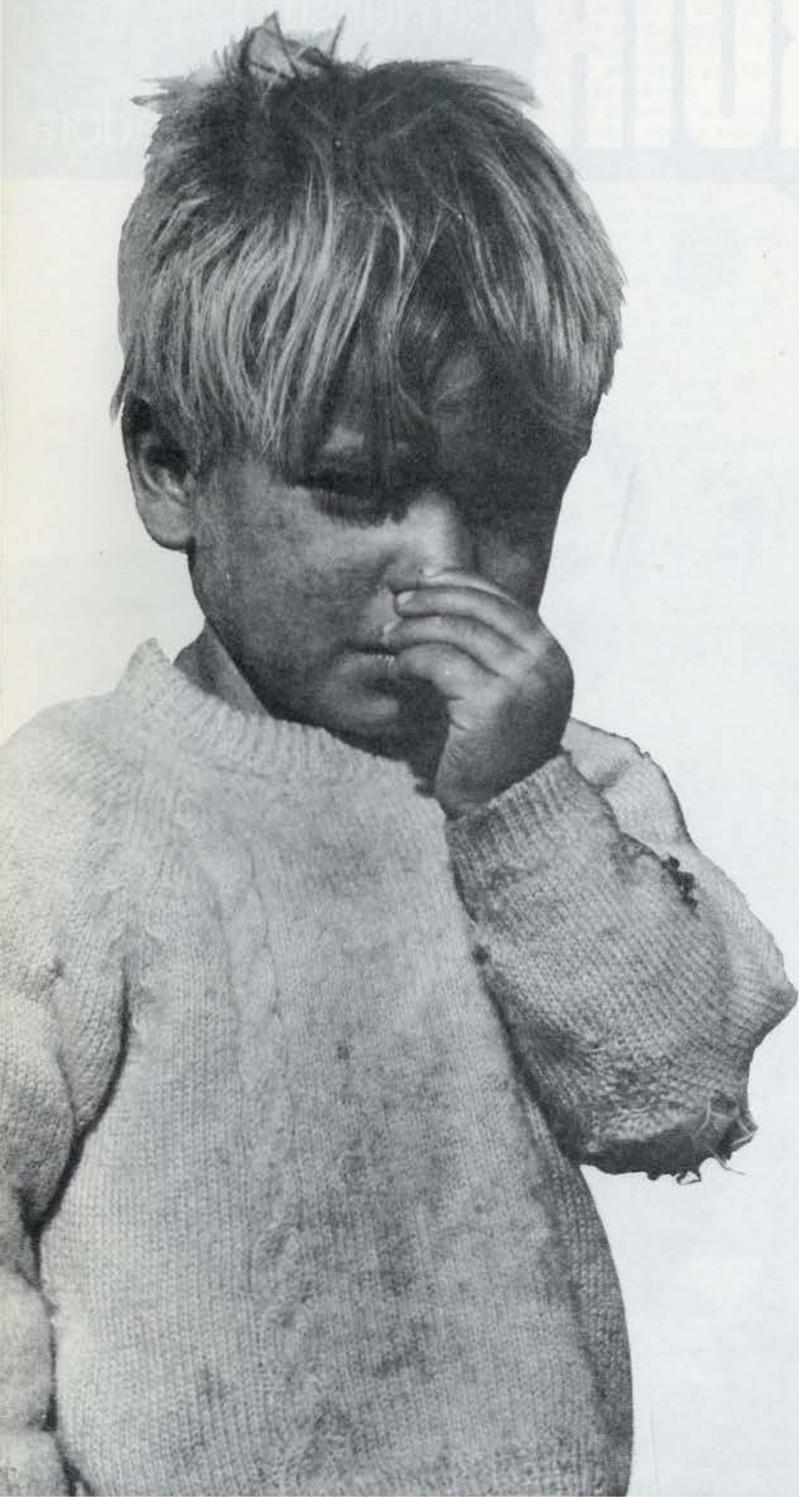
os embaixadores que mais nos honram, vocês são os embaixadores que mais nos podem auxiliar. A maior vitória que a Secretaria de Estado e, mais do que Secretaria de Estado, o Governo Provisório e o País poderão obter é conseguir mobilizar e unir todos os trabalhadores portugueses, e também, e necessariamente, todos os trabalhadores emigrados.

# COLOCAR CONSTRUIR

o turismo  
ao serviço da  
economia portuguesa

um turismo  
para a  
classe trabalhadora





No conjunto da vida económica portuguesa, o turismo desempenha um papel de grande importância, por forma a exigir que se lhe dedique uma grande atenção que tenha sobretudo em vista determinar o que está certo e o que está errado na política de turismo seguida até agora. O turismo aparece com particular importância na vida portuguesa nos anos que vão de 54 a 63 em que o seu crescimento é da ordem dos 380% contra 95% das exportações.

Torna-se, assim, uma receita bastante importante para a economia do país e um factor decisivo para o equilíbrio de uma balança de pagamentos que a política económica do salazarismo se mostrou impotente para corrigir, mantendo um desequilíbrio muito grande na balança comercial. Ou seja nas relações económicas que mantínhamos com o estrangeiro, as nossas importações eram muito maiores que as exportações e, conseqüentemente, gerava-se um desequilíbrio que era, no entanto, contrabalançado pelos resultados positivos da chamada balança dos invisíveis correntes, constituída basicamente pelas receitas do Turismo e pelas remessas dos emigrantes.

Assim, a partir do Plano Intercalar de Fomento, que é o primeiro a definir uma estratégia de desenvolvimento, é clara a consideração do turismo como um dos sectores motores da economia responsável pelo crescimento económico, linha de orientação que se mantém depois no III Plano de Fomento, considerando-se que esse papel do turismo era importante por permitir um grande afluxo de divisas estrangeiras e o desenvolvimento de diversas outras actividades a ele ligadas, como, por exemplo, os transportes, seguros, etc.

Coerentemente, no entanto, com o que era a política económica do fascismo, esse sector que é considerado motor da economia é deixado sobretudo à iniciativa privada, limitando-se o Estado a uma acção de apoio que, na maior parte dos casos, se limitou a redundar em benefícios pessoais. Este um primeiro aspecto negativo que revestiu o turismo entre nós, porque, se o turismo nunca será o sector mais coerente para lançar uma política de desenvolvimento de um país, ainda o é menos quando as suas linhas gerais são deixadas à definição de uma iniciativa privada que sobrevaloriza o lucro e o seu interesse exclusivo em detrimento dos interesses do país.

Chegou-se, assim, a uma situação em que o turismo que tinha um aspecto positivo: o de permitir o afluxo de divisas, apresentava aspectos marcadamente negativos. Entre estes aspectos

e, ainda em ligação com a já referida orientação de deixar a iniciativa neste campo sobretudo às entidades privadas, houve a penetração do capital estrangeiro que nunca é muito desejável e que ainda o é menos quando se orienta para estes sectores onde facilmente obtém bons lucros que depois reenvia para os seus países de origem.

Outro aspecto da máxima importância, é o de se ter menosprezado totalmente o turismo social, em benefício de um turismo de elite. Preferiu-se, sempre, a construção de hotéis luxuosos em vez de pensões ou parques de campismo que permitissem às massas menos favorecidas de outros países virem até nós. Foi uma atitude que se compreende, aliás, se pensarmos que o país que o fascismo construiu era um país para os ricos. Para os ricos portugueses e para os ricos estrangeiros, não lhes interessavam, pois, as massas populares estrangeiras tal como não lhes interessavam as massas populares portuguesas.

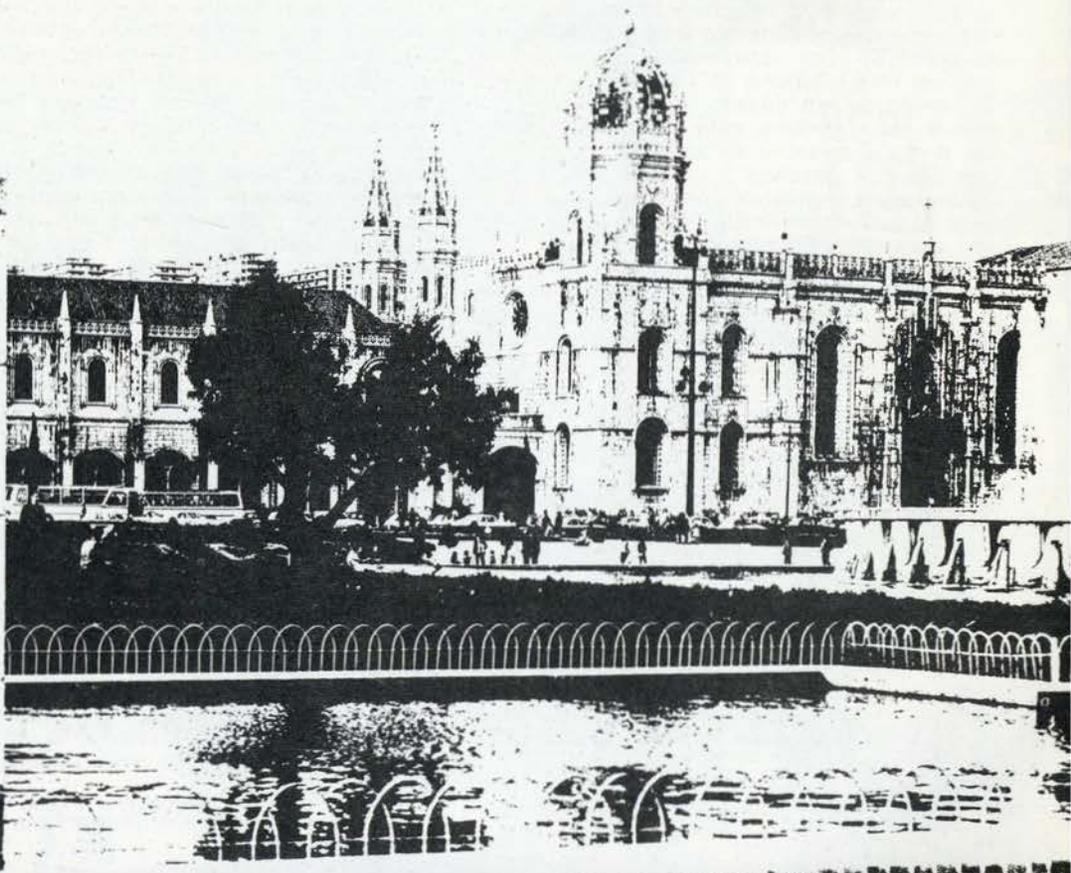
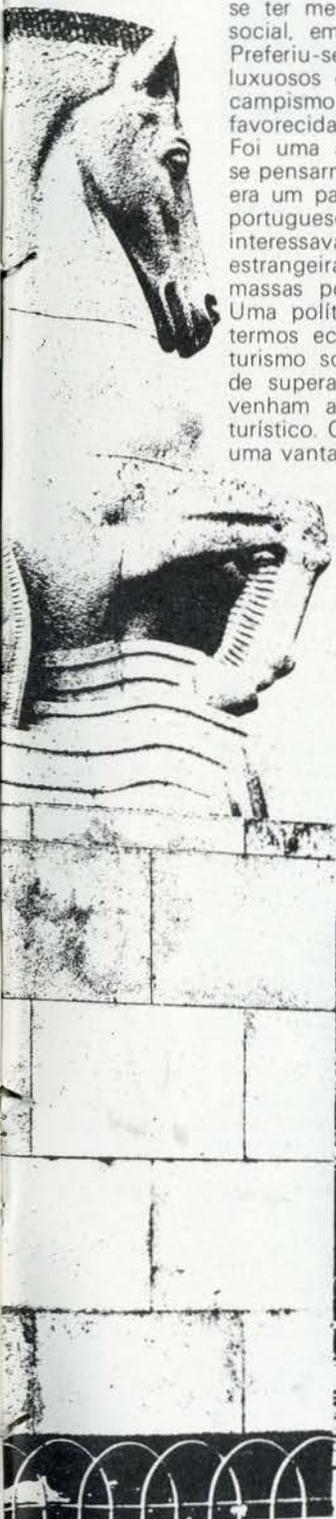
Uma política de turismo de elite mesmo em termos económicos é um erro, pois que um turismo social tem muito mais possibilidades de superar eventuais crises económicas que venham a determinar uma diminuição do fluxo turístico. O turismo de massa tem, por outro lado, uma vantagem manifesta que é a de não contribuir

tão claramente para a inflação como o turismo de luxo. Feito por classes economicamente mais desfavorecidas elas não optarão normalmente por consumos diversificados e sofisticados e serão um estímulo à produção de bens de consumo corrente, o que permitirá um desenvolvimento das indústrias deste sector. O turismo de luxo, pelo contrário, virado para o produto caro exige em muitos casos o recurso à importação para satisfazer o cliente exigente e não implica uma quantidade de produtos que justifique um desenvolvimento da indústria com eles relacionada.

A atestar a pequena importância do turismo social basta recordar que em 1970, as dormidas de não residentes em hotéis e pensões de terceira categoria e parques de campismo não representavam mais que 12,5% do total das dormidas.

Outros dois aspectos importantes para caracterizar o turismo em Portugal é o facto de se tratar de um turismo marcadamente sazonal e de um turismo que se concentra em regiões bem demarcadas. No primeiro aspecto, o período de Julho a Setembro, correspondente ao terceiro trimestre do ano apresenta uma média de 40% das dormidas anuais.

No segundo aspecto, as zonas costeiras, particularmente as de Lisboa, Algarve e Porto





apresentam cerca de 70 % das dormidas registadas em todo o país.

Se no primeiro aspecto, não parece haver muitas possibilidades de alteração, dado que depende de múltiplos factores, embora iniciativas diversas no sentido da sua correcção sejam possíveis e necessárias para garantir um melhor emprego da mão-de-obra utilizada no sector e a melhoria do nível das regiões onde o turismo tem grande importância, no segundo aspecto parece haver bastante a fazer.

Claro que não se nega que certas zonas tenham uma aptidão natural maior que outras para atrair os turistas mas parece francamente de pôr em causa que não se possa fazer um esforço de planificação de turismo ao nível do país que integrado na planificação do desenvolvimento regional, proporcione às diversas regiões do país uma boa fonte de receitas e um campo de absorção de mão-de-obra. Não se pretende com isto dizer que se deva assentar uma política de desenvolvimento regional no turismo, mas o que parece certo é que se a pode integrar sobretudo se como referimos se abandonar cada vez mais o turismo de elite e se caminhar no sentido de um turismo de massa, que permita, até, o contacto entre as classes populares dos diversos países e se apresenta, pois, com aspectos positivos.

Continuar a desenvolver um turismo que se dirige só para determinadas regiões é que parece uma orientação errada que só irá reforçar as disparidades entre as regiões que foram votadas ao esquecimento e, conseqüentemente se retardaram enormemente e outras que sempre se desenvolveram, embora o seu desenvolvimento fosse um desenvolvimento mais de fachada ou até, para usar uma expressão de certo modo consagrada, «um crescimento sem desenvolvimento».

Mas, a questão que importa pôr claramente e responder é esta: Neste momento, o turismo tem algum interesse para a economia portuguesa? A resposta não é simples nem é isenta de dúvidas. Um ponto, no entanto, parece ter de se aceitar. A economia que queremos construir neste país tem de partir da base que lhe foi deixada e ainda quando a seja necessário corrigir é necessário tê-la presente e sobretudo não pensar em reconversões utópicas e irrealizáveis. Por isso, o que haverá que fazer é que ir procurando corrigir na medida do possível, os aspectos negativos da situação que foi herdada.

Neste momento a economia portuguesa atravessa sérias dificuldades. Todos o sabemos e tornou-se

até um pouco um lugar comum dizê-lo. Responsável por este estado de coisas foi a orientação de política económica do anterior regime, importa, pois, corrigir muitos aspectos rapidamente. Nesta correcção, há, no entanto, que ter presente que muitos resultados só a longo prazo se poderão produzir. Por exemplo, vamos continuar durante muitos anos a precisar de comprar mais ao estrangeiro do que aquilo que o estrangeiro nos compra, isto porque agora há que desenvolver a economia e para o fazer há que comprar no estrangeiro as máquinas que nos faltam, as técnicas que não conhecemos. Neste aspecto, o turismo, grande fonte de divisas, pode desempenhar um bom papel financiando este esforço de desenvolvimento. Servirá também, para que possamos ir mostrando aos estrangeiros este país de que finalmente podemos sentir orgulho, não com a preocupação de lhes mostrar a face bonita do país, metendo-o num hotel de luxo. Mas, sim, levando-o a ver o país que herdamos e aquilo que vamos fazer. Avançar, pois, para um turismo que seja cada vez mais um turismo de massas, que se estenda a todo o país e que contribua, efectivamente, para o progresso do país e do país todo, parece a orientação certa e há um aspecto que não podemos deixar passar em branco e que é a importância que as férias dos emigrantes podem representar. Nós todos sabemos que sempre que podem os emigrantes vêm a Portugal passar férias. Para os aguardar nenhuma estruturas. O fascismo tinha mais que fazer que preocupar-se com aqueles que obrigara a partir para o estrangeiro e que através do dinheiro que enviavam lhe permitiam fazer uma guerra odiosa no Ultramar. Agora esta situação não pode continuar. Há que prestar toda a atenção às férias dos emigrantes e proporcionar-lhes estruturas de apoio que tornem as suas férias mais agradáveis e orientar a política de turismo no sentido de serem eles os grandes beneficiados. Até porque o dinheiro que eles agora gastarem nas suas férias portuguesas já não será usado como era antes. Será usado para criar lugares de trabalho para que eles possam voltar ao país, para que os seus filhos estudem, para que as suas regiões se desenvolvam, para que exista um país de que eles se possam orgulhar no estrangeiro, por ter saído da situação em que o deixou a incapacidade, a desonestidade, a desumanidade e a indiferença de um regime que nunca defendeu os seus interesses.

EDUARDO PAZ FERREIRA

# ECONOMIA

Do Portugal que nos deixaram  
ao Portugal que temos de  
construir



Quarenta e oito anos de fascismo representaram para o Povo Português atraso económico, salários de miséria, guerras em África, destruição de milhares de vidas e de gigantescas riquezas, emigração em massa, abandono dos campos, aumento contínuo dos preços, ausência total de liberdades, etc., etc.

Portugal, já era em 1950 um dos países mais atrasados de toda a Europa.

Se dividirmos a riqueza produzida durante um ano num país, pelo número total dos seus habitantes, obteremos aquilo que, em termos económicos, se chama PRODUTO NACIONAL BRUTO POR HABITANTE, e que é normalmente utilizado para indicar o nível de desenvolvimento económico.

Em 1950, o Produto Nacional Bruto por habitante atingia, em Portugal, apenas 7980\$00, enquanto na Alemanha era de 35 840\$00 e na França de 36 848\$00.

Entre 1950 e 1970, o Produto Nacional Bruto por habitante aumentou em Portugal 4930\$00, na Alemanha 15 900\$00, e na França 20 900\$00. Portanto, à medida que os anos passavam mais atrasados ficávamos relativamente aos

outros países da Europa.

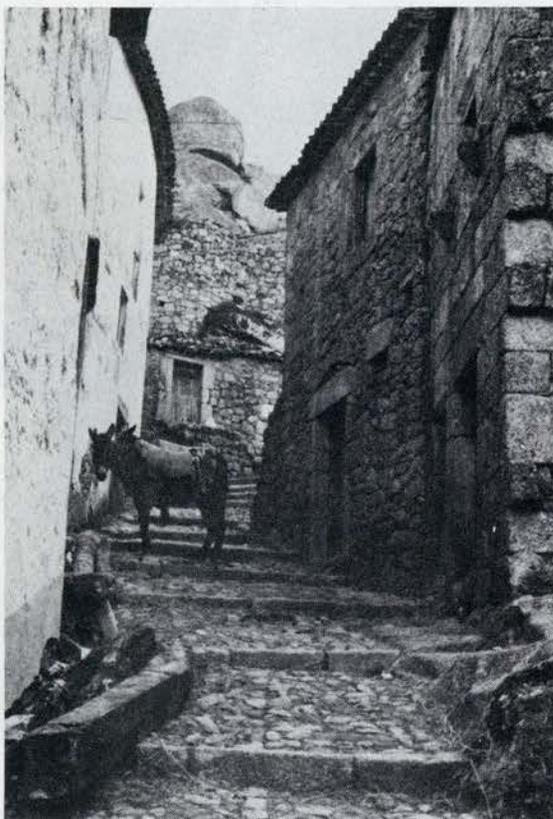
Era também no nosso País que os salários pagos aos trabalhadores eram dos mais baixos de todo o Continente Europeu.

Em 1971, por exemplo, e de acordo com a Organização Internacional do Trabalho, o salário médio diário de um operário da indústria têxtil era de 300\$00 na Alemanha, de 220\$00 na França, e de apenas 70\$00 em Portugal.

Entre 1961 e 1973, os governos de Salazar e Marcelo Caetano gastaram fundamentalmente com as guerras coloniais cerca de 131 milhões de contos, portanto o suficiente para fazer alojamentos para abrigar mais de 1 500 000 portugueses (uma cidade como Lisboa).

O fascismo também significou para o nosso Povo o pagamento de impostos cada vez mais pesados.

Em 1960, cada português pagou, em média, de impostos cerca de 849\$00, enquanto em 1973 ultrapassou os 4000\$00. E eram aqueles que menos podiam pagar, que eram obrigados proporcionalmente a pagar mais.



No entanto, apesar do aumento brutal dos impostos, eles eram continuamente insuficientes para fazer face à subida vertiginosa das despesas do Estado Fascista, motivada principalmente pelas guerras coloniais. Por essa razão, o Estado pedia dinheiro emprestado, empenhando-se cada vez mais em relação a capitalistas portugueses e estrangeiros.

Assim, entre 1960 e 1972, a Dívida do Estado passou de 17 milhões de contos para mais de 47 milhões de contos.

Durante o fascismo, mais de dois milhões de portugueses foram obrigados a deixar o País e a procurar em outros lugares aquilo que lhes era negado na sua própria Pátria: um emprego seguro, um salário decente, o respeito pelas suas ideias e pela sua dignidade humana.

Mas se os governos de Salazar e Marcelo Caetano representaram para os trabalhadores portugueses salários de miséria, emigração em massa, guerras, violências cometidas pela PIDE/DGS, pela Legião, pela G.N.R., eles também significaram, para alguns, elevados lucros, e concentração de gigantescas riquezas em poucas mãos.

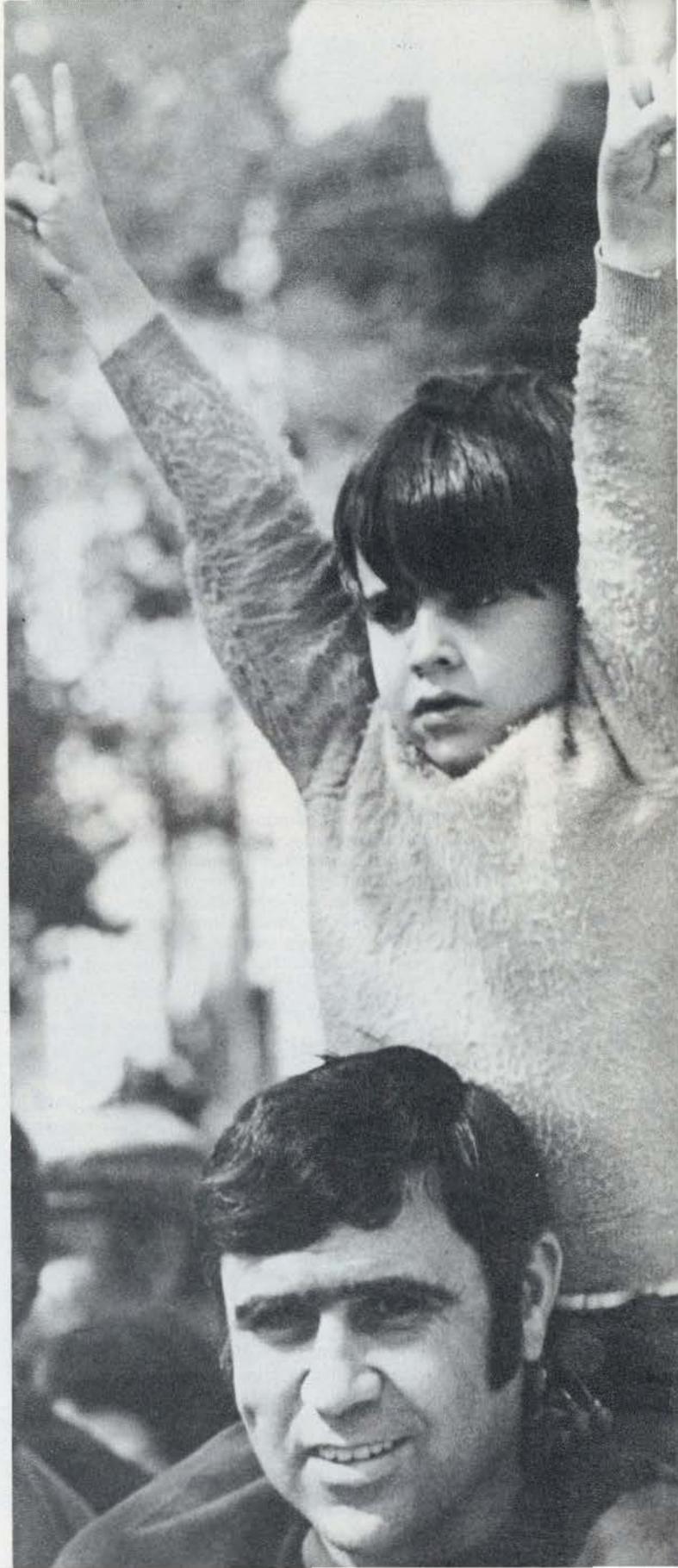
Em 1973, por exemplo, os lucros líquidos da Companhia Portuguesa de Electricidade ultrapassaram o meio milhão de contos; mais precisamente: 551 537 contos. Durante o mesmo ano, os lucros líquidos do Banco Fernandes Magalhães aumentaram 90 %, os do Agricultura em 148 %, e os do Pinto Magalhães em 258 %. Paralelamente, durante o fascismo a concentração da riqueza em poucas mãos fez-se a um ritmo vertiginoso. Assim, no fim da década de sessenta 300 famílias portuguesas tinham fortunas avaliadas em mais de um milhão de contos.

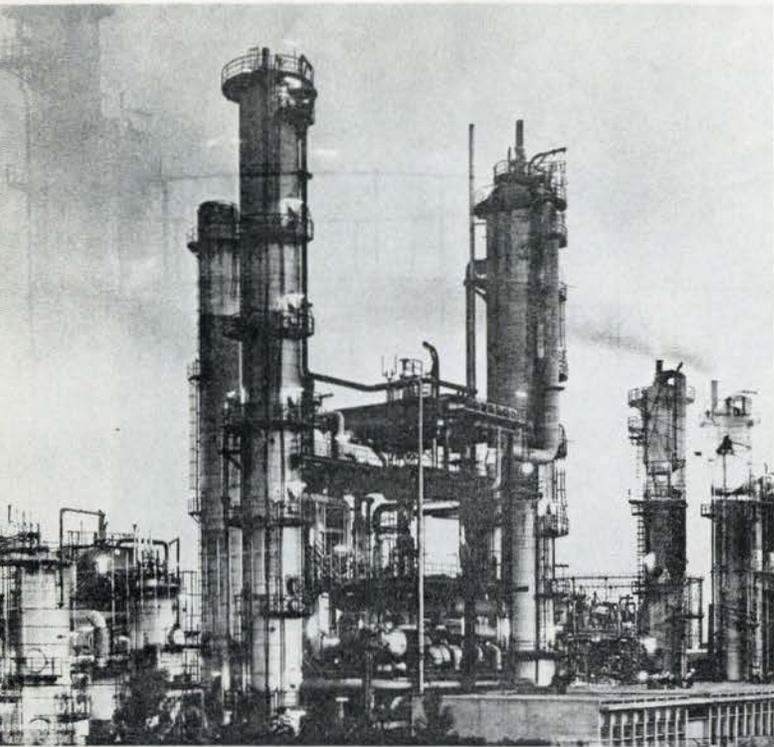
O grupo C.U.F. possui ou está ligado a 186 empresas. Oitenta companhias pertencem praticamente só a este grupo (família Jorge de Melo), as quais empregam 34 000 trabalhadores e tiveram receitas que atingiram 14 milhões de contos em 1972.

O grupo Champalimaud controla praticamente toda a indústria portuguesa de cimentos e de aço, tem um grande banco, várias companhias de seguros, etc. Em Dezembro de 1972, «o valor total das acções de apenas cinco destas sociedades, à cotação na bolsa, subia a mais de 40 milhões de contos».

Fortunas como estas foram conseguidas através de uma grande exploração dos trabalhadores portugueses, só possível porque tanto o governo de Salazar como o de Marcelo Caetano eram governos que não defendiam os interesses dos trabalhadores, eram governos que se colocavam continuamente ao lado dos monopólios e dos grandes agrários contra os trabalhadores.

Para compreender melhor tudo isto, basta lembrar que a esmagadora maioria dos ministros





e secretários de estado de Salazar e de Marcelo Caetano iam ocupar, logo que saíam do governo, lugares nos conselhos de administração das grandes empresas. Por exemplo, no fim de 1973 quase todos os bancos tinham nas suas administrações um antigo ministro ou um antigo secretário de estado. Inversamente, iam para o governo homens que estavam ou tinham passado pelos conselhos de administração das grandes empresas. O próprio Marcelo Caetano já tinha pertencido aos corpos gerentes do Banco Nacional Ultramarino.

O Movimento de 25 de Abril representou a liquidação duma importante parte deste poder e do domínio que tinham os grandes capitalistas portugueses e estrangeiros sobre o Estado Português.

O direito à greve, que facilitou a luta dos trabalhadores portugueses por melhores salários e por melhores condições de vida, a criação de um salário mínimo de 3300\$00 para a indústria e para outros serviços, que apesar de baixo ainda beneficiou 50% dos trabalhadores destes sectores (este salário não foi estendido à agricultura devido ao estado em que o fascismo a deixou), o fim das guerras e a concessão da independência às colónias, assim como as medidas tornadas públicas pelo actual Primeiro Ministro, como sejam a construção, por mês, de 1500 alojamentos de renda barata, são provas claras de que o Governo Provisório está verdadeiramente interessado em defender o povo Português.



No entanto, o poder económico (e não só económico) dos grandes monopólios e dos grandes agrários ainda é imenso. Eles continuamente põem obstáculos e criam dificuldades ao processo democratização, porque sabem que o Movimento de 25 de Abril e a democracia servem fundamentalmente o Povo Português. Assim, cancelam investimentos (ex. CUF), lançam no desemprego centenas de trabalhadores (caso da Applied, da D. S. Electrónica), dificultam o crédito à pequena e média empresa (quase todos os bancos), cancelam encomendas ou diminuem os fornecimentos (caso do Champalimaud com o cimento), recusam a mandar ceifar as searas ou a colher a azeitona ou a cortiça (caso de alguns agrários do Alentejo).

No estrangeiro, o grande capital internacional que se encontra ligado aos grandes capitalistas portugueses, e que controlam as grandes cadeias de jornais e outros meios de informação, lançam os boatos mais grosseiros contra a jovem Democracia Portuguesa. Alguns deles chegam mesmo a fechar as suas fábricas em Portugal ou a cancelar encomendas a empresas portuguesas, criando assim, a estas, sérias dificuldades.

Apesar de todos estes obstáculos o processo de democratização e descolonização avança rapidamente, a criação de melhores condições de vida para todos os portugueses caminha lenta mas seguramente. E isto tem sido possível, porque o nosso Povo tem dado todo o seu apoio quer ao Movimento das Forças Armadas quer ao Governo Provisório.

Este apoio e esta unidade é necessário que se mantenham a todo o custo, pois só elas é que asseguram o fim das guerras, a criação de melhores condições de vida para todos os portugueses, o respeito pela dignidade humana e pelas liberdades fundamentais. Os trabalhadores portugueses no estrangeiro têm também uma importante tarefa a desempenhar nesta pesada, grandiosa e honrosa obra, que é a construção de um Portugal Novo livre da exploração do homem pelo homem. Assim compete a eles combater todas as campanhas que são feitas no estrangeiro contra a democracia e o Povo Português, não acreditar nos boatos grosseiros que a reacção internacional lança a cada momento contra o nosso País, estimular a confiança na situação política actual dos seus familiares que vivem em zonas interiores de Portugal onde ainda não chegou o 25 de Abril e que por isso são facilmente enganados por aqueles que desejam que o fascismo volte de novo à nossa Pátria, não fomentar o regresso em massa dos portugueses no estrangeiro pois numa altura em que mal acabamos de sair do fascismo e em que se inicia a desmobilização dos soldados que estavam em África e a vinda de muitos colonos, aquele regresso poderia criar graves problemas de desemprego pois a Economia Portuguesa não tem possibilidades de absorver imediatamente milhares e milhares de braços. Igualmente os trabalhadores portugueses no estrangeiro poderão dar uma importante ajuda na obra de reconstrução nacional se enviarem o dinheiro que conseguem amealhar



imediatamente para Portugal, mandando-o depositar na Caixa Geral de Depósitos, que é a instituição de crédito do Estado que vai apoiar a construção de casas de renda barata, que vai financiar a realização de muitas obras públicas, como sejam estradas nas zonas rurais, etc.; em suma, obras que beneficiam fundamentalmente o nosso Povo.

*EUGÉNIO ROSA*



# ENCONTRO SOBRE EMIGRAÇÃO



Para resolver os problemas dos emigrantes é preciso antes de mais conhecê-los. E para os conhecer nada melhor que ouvir os próprios emigrantes, saber pela boca deles quais é que eles acham que devem ser as soluções a trazer aos problemas que os tocam. Foi partindo deste raciocínio que a Secretaria de Estado da Emigração resolveu organizar o I Encontro Nacional da Emigração, que agrupou entre o dia 21 e o dia 23 de Agosto várias dezenas de emigrantes vindos dos mais variados países, da França à África do Sul, passando pelo Brasil ou pelo Canadá. Este Encontro, que não foi senão o primeiro de uma série que aparece como necessária a esta Secretaria de Estado, elaborou toda uma série de propostas a apresentar ao Secretário de Estado, que pela sua extensão não poderemos transcrever integralmente. Vamos pois limitar-nos a resumir algumas delas nas suas linhas gerais.

Todos os participantes neste Encontro foram unânimes em considerar que todos os acordos tinham que ser revistos e que era necessário estabelecer novos acordos com aqueles países onde estes ainda não existiam. Esses acordos deveriam ter como objectivo *exigir do país de acolhimento a garantia da plena e efectiva igualdade de direitos dos trabalhadores emigrados com os trabalhadores nacionais do país em questão.* Para a revisão destes acordos, como para a verificação do cumprimento das disposições já em vigor, deveriam criar-se *comissões*, constituídas por representantes dos emigrados, dos sindicatos operários e do Governo português.

O grupo de trabalho que se debruçou sobre este assunto considerou vários aspectos a ter necessariamente em conta na elaboração dos futuros acordos, ou na revisão dos existentes:

- a redacção dos textos deverá de futuro ser clara e precisa, de modo a que cada um possa percebê-la e por forma a não permitir que cada um possa «interpretá-la» da maneira que mais lhe convier
- como é velho hábito dos patrões;
- deve ser exigido o respeito da igualdade de salários e de qualificação profissional;
- o direito a ter um alojamento em condições decentes deve ser cláusula obrigatória desses acordos, sem que a partir daí os patrões possam impor um alojamento à sua conta;
- os trabalhadores deverão ter o direito de levar ou não consigo a família sem que isso possa implicar qualquer discriminação nomeadamente no que diz respeito aos regimes de abono de família e prestações de segurança social;
- os direitos de expressão e organização deverão ser garantidos nesses acordos em igualdade de circunstâncias com os trabalhadores nacionais do país em questão.

Estes são apenas alguns dos aspectos que o Encontro sublinhou no que diz respeito a este assunto. Mas se eles pudessem passar na vida muita coisa melhoraria na vida dos emigrantes...

Foi proposta ao Secretário de Estado a criação de um organismo em que colaborem, além dos organismos e instituições oficiais, as Associações de emigrantes e outros núcleos representativos de emigrantes.

# I ENCONTRO SOBRE EMIGRAÇÃO



Este organismo deveria ter a seu cargo a resolução de todos os problemas do ensino dos portugueses que trabalham no estrangeiro, tanto em português, como na língua do país em que residem.

O estabelecimento do ensino laico (independente das Igrejas), a concessão das bolsas de estudo, a criação de um sistema eficaz de equivalências, a formação de professores, a abertura de escolas e o envio de professores por toda a parte onde haja portugueses em número suficiente — tais deveriam ser algumas das principais funções desse organismo a criar.

O ensino de português para os adultos deveria ser levado a cabo nas Associações democráticas de emigrantes e nos próprios locais de habitação dos emigrantes. Quanto ao ensino da língua do país de trabalho para os adultos, o Encontro concluiu que ele só poderia ser eficaz se fosse feito *durante as horas de trabalho*. Como os trabalhadores não podem dar-se ao luxo de perder o dinheiro correspondente a essas horas, o Encontro concluiu também que elas *deveriam ser pagas pelo patrão* como horas de trabalho.

A verificação do efectivo cumprimento destas disposições deveria caber aos sindicatos operários em cada país.

O Encontro chegou à conclusão de que a correcta defesa dos trabalhadores emigrados não excluía, antes exigia, uma política orientada no sentido de eliminar as próprias causas que levam à emigração — o que não depende exclusivamente, nem especialmente, da Secretaria de Estado da Emigração, mas que é um problema que só poderá ser resolvido por todo o povo português.

No entanto, o grupo de trabalho que se debruçou sobre este assunto considerou que era necessário

e possível tomar desde já algumas medidas que pudessem facilitar o regresso de todos aqueles que quisessem fazê-lo. Nesse sentido propôs:

— que a política de investimentos por parte do Estado fosse sobretudo dirigida para a criação de postos de trabalho;

— que fosse imediatamente abolido o limite dos 35 anos para se poder encontrar trabalho;

— que os emigrantes em idade militar pudessem permanecer no País 180 dias (o dobro dos actuais 90 dias);

— que os refractários e desertores pudessem visitar o País durante um período transitório;

— que se crie um Dever Cívico, equivalente ao Dever Militar, aplicável para começar aos desertores e refractários com habilitações para exercerem profissões no País.

Muitas outras propostas importantes foram feitas, mas é-nos impossível transcrevê-las todas neste número. Nós falar-vos-emos de novo deste Encontro no próximo número.

Só gostaríamos de vos dizer ainda que todos os participantes sublinharam a necessidade, imprescindível para que se possa fazer alguma coisa pelos emigrantes, de sanear todas as estruturas de todos os organismos que trabalham dentro, e sobretudo fora do País, com a emigração.

Só essa imprescindível limpeza de todos aqueles que até agora calcaram aos pés os direitos dos emigrantes poderá permitir levar a cabo uma outra política. E para que essa «limpeza» seja eficaz será preciso pedir a colaboração dos trabalhadores emigrados e seus representantes.

# AQUI PARA NÓS...

Os meus amigos já sabem, com certeza, o que fazem os lavradores aos pardais, esses vadios que aparecem todos os anos pelo mês de Julho a dar cabo das searas: ou espantam-nos ou dão-lhes trigo roxo.

Pois o que nós estamos a fazer aqui, em Portugal, é também uma seara. Uma seara que foi semeada a 25 de Abril e que dará sementes conforme aquilo que nós trabalharmos e conforme os cuidados que tivermos para a proteger.

Ninguém poderá dizer-se português sem ter dado a sua ajuda. Aqui ou no estrangeiro todos estamos contratados. Cada palmo de terra que deixarmos por tratar, são mais uns centímetros onde os antigos patrões poderão lançar a saudade dos tempos passados, ou a raiva por os termos mandado passear.

— Mas o que poderei fazer eu que estou aqui a não sei quantos quilómetros daí e que passo o dia metido numa fábrica? — perguntarão os emigrantes.

— Muita coisa! — respondo eu. Querem um exemplo?

Informar-se. Saber o que se está de facto a passar em Portugal. E depois, contar aos amigos. Não calculam a quantidade de boatos falsos que têm sido postos a correr por esse mundo fora. Se calhar, até já lhes chegou algum aos ouvidos.

Nunca ouviram dizer que em Lisboa agora já ninguém podia sair à rua, porque aí havia desordens, assaltos à mão armada e ... greves! (tudo no mesmo saco!)

Nunca lhes apareceu ninguém a dizer para não mandarem o dinheiro para os Bancos em Portugal, como faziam dantes, «porque os comunistas iam tomar conta disto e ficar com as economias que vocês estavam a juntar com tanto sacrifício»? Pois se ainda não ouviram, estas e outras tolices, têm muita sorte.

E podem estar certos que mais dia menos dia, elas vão-lhes bater à porta.

Por isso é que é preciso estar-se informado, para não se deixar ir em cantigas.

É claro que o país não ficou um mar de rosas só porque os militares pegaram em armas e o povo expulsou dos postos de comando aqueles que obrigavam os operários a trabalhar por salários de fome, os rapazes a irem fazer uma guerra injusta e os camponeses a procurarem trabalho no estrangeiro porque aquilo que se produzia em Portugal servia só para meia-dúzia. Mas como é que nós queremos que as coisas vão para a frente, se deixarmos continuar a cantar à vontade esses pardais que querem comer o que os outros semeiam, como faziam antes do 25 de Abril? Como é que nós queremos fazer de Portugal uma terra onde cada um tenha, nem mais nem menos, aquilo que por justiça lhe pertence, se cada um não se encarregar, desde já, de desmentir, no seu bairro ou na sua fábrica, os boatos daqueles que só querem semear a confusão para voltarem aos tempos em que só eles mandavam, enquanto o país ia ficando no estado lastimoso em que todos nós sabemos?

Não, meus amigos. Contra a mentira só poderão valer as verdades. Mas é preciso dizê-las.

Calar-se é que pode deixar os pardais estragarem-nos a seara.

Na Suíça:

## A «Acção Nacional» contra os emigrantes

«Iniciativa popular federal contra o domínio estrangeiro e o sobrepopoamento da Suíça:

«1 — A Constituição federal da Confederação Helvética de 28 de Maio de 1874 deve ser completada como segue:

### ARTIGO 69 QUATER

- a) A Confederação toma medidas para combater o domínio estrangeiro e o sobrepopoamento da Suíça.
- b) O número de novas naturalizações não deve exceder 4000 por ano.
- c) O Conselho Federal age de maneira a que o número de estrangeiros residentes na Suíça não ultrapasse os 500 000. Em cada cantão a proporção de estrangeiros será no máximo de 12% em relação à população suíça residente, com excepção do cantão de Genebra onde essa proporção será de 25% no máximo.
- d) Não estão compreendidos no número de estrangeiros segundo a alínea c) e estão isentos das medidas contra o domínio estrangeiro e o sobrepopoamento: 150 000 temporários (que não residam mais de dez meses na Suíça e que não tenham cá as suas famílias), 70 000 «fronteiricos», o pessoal dos estabelecimentos hospitalares e os membros das representações diplomáticas e consulares.
- e) O artigo 69 quater entra em vigor imediatamente depois da sua aceitação pelo povo e pelos cantões e a adopção do despacho federal de validação.

Medidas segundo a alínea c):

A redução deve ser feita até 1 de Janeiro de 1978. O número da população estrangeira deve ser reduzido do número de estrangeiros naturalizados a partir de 1 de Dezembro de 1970.

Fica expressamente posta de parte a cláusula da desistência».

Esta proposta feita pela Acção Nacional, partido de extrema-direita suíço, se fosse aprovada na votação que terá lugar a 20 de Outubro, teria como resultado a expulsão de 500 000 trabalhadores estrangeiros da Suíça nos próximos três anos...

Entrevista com Manuel Areias

*Ao contrário do que muito boa gente poderia pensar, a Suíça não são apenas os relógios de cuco e os bancos onde os milionários de todo o mundo, inclusive os portugueses, depositam os seus dinheiros.*

*A Suíça são também os milhares de operários que aí trabalham, em condições que não andam longe daquelas em que vivem os outros trabalhadores emigrados na Europa.*

*Manuel Areias viveu lá durante anos, contactando com esses trabalhadores, e voltou agora para Portugal, depois do 25 de Abril. Falámos com ele dessa sua experiência junto da emigração e o resultado da nossa conversa foi esta entrevista que aqui apresentamos.*

# OS TEMPORÁRIOS NA SUIÇA





**«25 de Abril»** — Podias talvez começar por referir os condicionalismos da sociedade suíça que mais contribuem para a procura do trabalhador estrangeiro.

**Manuel Areias** — A procura do trabalhador estrangeiro deve-se essencialmente às seguintes razões:

A 1.ª é o desenvolvimento económico, extraordinário sob todos os pontos de vista, que se operou na Suíça na última década.

Só para dar uma ideia: Este ano (1974) a Suíça passa a ser o país com o mais elevado nível de vida do mundo, à frente dos próprios E.U.A. É evidente que a baixa do dólar tem uma certa importância no cálculo destes índices, mas o facto é que a Suíça que é um país pequeno, com 6 milhões de habitantes, possui o primeiro ou o segundo índice de nível de vida. Ora, para acompanhar esse desenvolvimento, foi necessário recorrer à mão-de-obra estrangeira, que tem várias vantagens:

Uma, económica; a medida em que a presença desses trabalhadores estrangeiros tem efeitos moderadores sobre a subida dos salários nacionais — e permite ao mesmo tempo conservar um nível de salário relativamente decente para os operários nacionais. Tem ainda outra vantagem económica: a de moderar a inflação. Por uma razão muito simples: o trabalhador

estrangeiro produz muitíssimo mais do que aquilo que consome. Quer dizer que uma grande parte do dinheiro que ele ganha, exporta-o para o país donde vem — neste caso para Portugal.

Além destas vantagens económicas, há as vantagens políticas que decorrem do estatuto do trabalhador estrangeiro, que se podem resumir simplesmente assim: O trabalhador estrangeiro não tem qualquer espécie de liberdade cívica ou política, nem nenhum direito a esse nível, e os seus direitos no plano sindical são muito limitados.

**«25 de Abril»** — Sob esse aspecto, podias dar-nos uma pequena ideia do estatuto jurídico desse mesmo trabalhador estrangeiro, comparando-o com as regalias e direitos do trabalhador suíço?

**Manuel Areias** — O trabalhador estrangeiro tem vários estatutos na Suíça. Mas no essencial podem-se resumir fundamentalmente a dois: o dos trabalhadores anuais, e o dos trabalhadores temporários.

Os trabalhadores anuais têm uma certa segurança de trabalho, podem, sob certas condições, levar para o pé deles as famílias, enfim, se a situação deles não é de maneira nenhuma uma situação igual à dos nacionais, tem no entanto algumas vantagens em relação à de outros trabalhadores.

O que a mim me parece bem pior é a situação dos trabalhadores temporários. O que são os trabalhadores temporários?

Os trabalhadores temporários são trabalhadores que são contratados por uma «estação», quer dizer, têm um contrato de nove meses, contrato esse que tem que ser renovado todos os anos.

Ora onde é que isto leva?

Leva a que o trabalhador tem trabalho durante essa «estação» e depois, se o patrão ou a empresa para quem ele trabalha não o quer de novo no ano seguinte, não lhe renovam pura e simplesmente o contrato.

É evidente que isto cria situações de instabilidade, de insegurança de emprego, que são bastante injustas. Ora o trabalhador português tem na Suíça um

estatuto ainda mais «especial», mais discriminatório, que o dos outros trabalhadores temporários.

O trabalhador português insere-se na categoria dos trabalhadores «longínquos», que é uma subcategoria dos trabalhadores temporários que está sujeita a uma «carta de responsabilidade patronal».

Para obterem trabalho e para terem a permissão de estar na Suíça, é preciso que um patrão dirija uma carta ao «Contrôle do habitante» (que é a Polícia dos estrangeiros), responsabilizando-se pela sua estadia no país.

Ora é bem evidente que essa carta dá um poder soberano ao patrão. Basta que o patrão descontente com o operário, por motivos pessoais ou outros, retire a carta, para que o trabalhador perca automaticamente o direito de estar na Suíça e possa assim ser expulso.

Esta é uma exigência que não é comum a todos os trabalhadores temporários. Por exemplo os espanhóis não estão submetidos a este estatuto de «trabalhador longínquo». Os italianos, que também são às vezes temporários, também não.

Só estão submetidos a esse estatuto os portugueses, os africanos, os turcos e os jugoslavos.

**«25 de Abril»** — E há muitos portugueses nessa situação, ou isso constitui só a excepção?

**Manuel Areias** — Têm que se distinguir duas «vagas» de emigração para a Suíça.

Quando eu falo em «vagas» é uma maneira de dizer, porque a emigração para a Suíça é relativamente reduzida, quando se pensam nos 800 000 portugueses que trabalham em França, por exemplo.

A primeira, que vai até 1972 aproximadamente apresenta certas características de estabilidade. Os trabalhadores têm geralmente o estatuto de anuais. E os temporários nesta data são essencialmente os trabalhadores rurais, que vêm de facto por uma «estação».

A partir de 1972 verifica-se um aumento bastante sensível da emigração portuguesa, que se destina essencialmente à construção civil.

Esse aumento corresponde por um lado a um «boom» económico da construção na Suíça, mas também à diminuição crescente da emigração italiana.

Os italianos, que constituem a emigração mais antiga e a mais tradicional na Suíça, deixam de emigrar em números tão elevados à medida que no seu país se vão criando postos de emprego, que os salários aí aumentam e que se vai criando um nível de vida relativamente decente.

Por isso a partir de certa altura foi necessária uma outra mão-de-obra para os substituir.

Recorreu-se num primeiro tempo à mão-de-obra espanhola. Mas esta, porque mais organizada, é mais reivindicativa, tem mais exigências, e a pouco e pouco ela foi sendo substituída pelos portugueses. Os portugueses tinham a vantagem de ser trabalhadores capazes por um lado, e por outro lado de constituírem nessa altura o que se chama uma mão-de-obra «dócil».

Isto porque o regime anterior, como é sabido, não só não tinha qualquer espécie de respeito pelo trabalhador português, não só não exigia coisas «não razoáveis» para os seus nacionais, como também tinha um sistema que impedia qualquer possibilidade de organização por parte da classe trabalhadora. Essas as razões que vão levar a partir de 1972 a um aumento sensível da emigração, tanto em relação à construção, como à emigração portuguesa.

**«25 de Abril»** — Ao chegar à Suíça, qual era a reacção do trabalhador português no seu contacto com outros trabalhadores que eram — como tu acabaste de nos dizer — relativamente mais politizados, mais conscientes da possibilidade de exigir do patrão satisfação das suas reivindicações, porque estavam organizados e unidos em sindicatos e noutras organizações?

**Manuel Areias** — O trabalhador português tem uma reacção bastante correcta em relação aos outros trabalhadores de outras nacionalidades — sobretudo

em relação aos espanhóis, ao contrário do que é corrente pensar-se. O trabalhador português sempre teve a noção de que o trabalhador espanhol era mais bem tratado porque estava unido e organizado.

Uma das coisas de que eles se queixavam na altura em que eu comecei a tomar contacto com eles, era da falta de união dos trabalhadores portugueses, acusando essa falta de união — e de organização — de ser directamente responsável pela situação mais injusta que lhes era criada.

E muitas vezes, mesmo muitas vezes, olhavam com simpatia os movimentos reivindicativos dos trabalhadores espanhóis, embora não participassem por medo da PIDE, das represálias, etc.

**«25 de Abril»** — E quais seriam — quais são — as discriminações mais salientes desse sistema repressivo para os emigrantes, no que diz respeito aos salários, à previdência, etc.?

Fazendo a pergunta de outra maneira: Quais seriam as reivindicações imediatas que os trabalhadores portugueses na Suíça apresentariam, se se organizassem?

**Manuel Areias** — Um dos problemas que é premente para eles resolver prioritariamente é sem dúvida o problema da previdência.

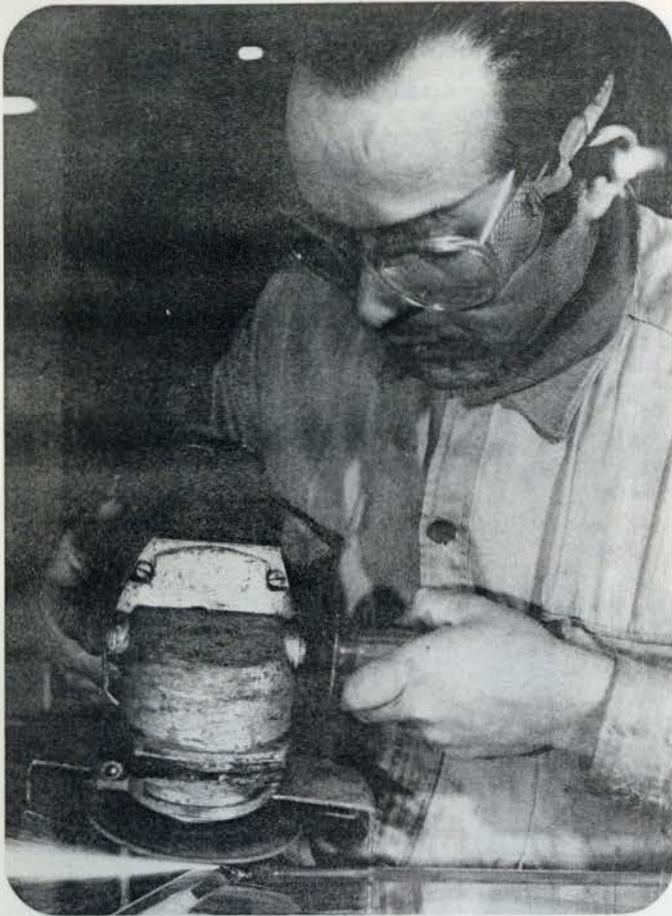
Este problema tem dois aspectos:

O primeiro diz respeito ao próprio trabalhador temporário, que sendo obrigado a sair da Suíça durante os três meses do ano em que não trabalha, não tem qualquer seguro de doença e acidentes durante a sua estadia em Portugal, durante esses três meses.

O segundo diz respeito às famílias. Os temporários, que não têm, como já disse, o direito de levar consigo as famílias, pagam durante o tempo que estão na Suíça um seguro de doença e acidentes. Ora esse seguro não cobre as famílias que ficam cá em Portugal. Quer dizer que se acontece qualquer coisa à família eles têm que pagar inteiramente do seu bolso o que for necessário para combater a doença ou o acidente.

Este problema origina pois uma reivindicação imediata, que eles querem ver satisfeita imediatamente. Por um lado, que o seguro de doença e acidentes cubra o ano inteiro e não só os meses em que trabalham.





Por outro lado, que os descontos que eles fazem na Suíça para a Previdência, abrangem também as suas famílias. Ou então que aqui em Portugal haja um estatuto compensatório que abranja as famílias e que faça com que os três meses passados aqui não sejam três meses sem qualquer espécie de protecção. Esta é com certeza a reivindicação que os trabalhadores portugueses na Suíça afirmam com mais força, mesmo já antes do 25 de Abril. Outra reivindicação é a que diz respeito ao seguro de invalidez. O temporário na Suíça só tem direito às medidas de readaptação e de segurança na invalidez, depois de ter pago cotas durante dezoito meses. É terrível, porque ele pode passar praticamente dois anos a trabalhar, sem ter direito a esse seguro. E o problema percebe-se bem quando se sabe que os temporários estão precisamente nas profissões em que os acidentes ocorrem com mais frequência, fazem os trabalhos onde é mais fácil ter um acidente. E deste modo é evidente que o seguro de invalidez que lhes é garantido só ao fim de dezoito meses de trabalho, não corresponde de maneira nenhuma aos riscos que eles correm. Uma terceira reivindicação diz respeito aos impostos. O sistema fiscal é um sistema injusto que não está adaptado à situação do trabalhador emigrado. Descontando os impostos como qualquer cidadão durante um ano inteiro, não usufruem da maior parte das vantagens que o Estado põe à disposição do trabalhador e da sociedade em geral: as escolas os hospitais, etc., que eles ajudam a construir pelos impostos que pagam (e não só!) estão-lhes vedados.

Outra injustiça deste sistema é a retenção de impostos na fonte.

Se esse sistema oferece a vantagem de não teres que te preocupar com a declaração de impostos, tem certos inconvenientes na medida em que por medida de economia, por razões próprias à contabilidade fiscal, tu acabas sempre por pagar mais segundo este sistema do que se fosse o próprio a fazer a sua declaração de impostos.

**«25 de Abril»** — Esses problemas que acabas de levantar, lembrem-me um outro, de que seria importante que nos falasses, e que é o problema da família — que se põe com certeza a todos os emigrantes do mundo.

Concretamente na Suíça como é que esse problema se põe para os trabalhadores portugueses: Há muitos que têm a família junto deles? Quais são as condições de segurança social e previdência de que usufruem? Qual é a assistência escolar aos filhos?

O que é que tu achas que deveria ser feito para modificar alguma coisa quanto a isto?

**Manuel Areias** — A situação familiar do trabalhador português — como aliás a de todos os outros trabalhadores estrangeiros na Suíça — é a seguinte: Tem sempre que se fazer a distinção entre os anuais e os temporários.

Aos anuais são concedidas certas facilidades no que diz respeito à família — cada vez menos aliás, porque como é sabido se estão a limitar cada vez mais as possibilidades de aumento do número dos trabalhadores anuais. Torna-se cada vez mais difícil passar de temporário a anual, por razões de política económica.

No que diz respeito aos temporários, a situação é extremamente simples: Não têm o direito de levar as famílias para junto deles legalmente.

O que acontece é que há muitos temporários que levam de facto as famílias que ficam lá numa situação clandestina.

Conheço casos, tanto de trabalhadores italianos, como um caso português pelo menos de que eu tive conhecimento, em que a filha do casal estava lá e passava o dia fechada em casa, para ninguém a ver e para não se saber que ela estava na situação de clandestina, isto até que os pais regressassem do trabalho.

Pode-se imaginar os problemas que isto cria para uma miúda que tem dez ou onze anos, que não se pode matricular numa escola porque não está legal e que passa o dia inteiro fechada numa casa à espera dos pais!

Além desta situação extremamente injusta e difícil para os temporários, eles ainda vivem em permanente sobressalto, porque o conhecimento destes factos por parte da polícia de «Contrôle do Habitante» leva à expulsão da família e do próprio trabalhador.

**«25 de Abril»** — O objectivo de tais medidas é evidentemente o de poder limitar e controlar sempre o número de trabalhadores que vão para a Suíça, não?

**Manuel Areias** — É claro! O próprio estatuto de trabalhador temporário é para controlar a «elasticidade», digamos assim, da mão-de-obra.

Quer dizer: em período de expansão económica pode-se fazer apelo a muitos temporários, em período de recessão económica pode-se fazer apelo a menos temporários.

Reduz-se ou aumenta-se a mão-de-obra consoante as necessidades da política conjuntural, sem ter em conta o facto de que o trabalhador não é «só» uma máquina, que não é «só» um boneco articulado que levanta uma pedra ou constrói uma casa, mas «também» um ser humano, um indivíduo com certas necessidades fundamentais — como toda a gente.

**«25 de Abril»** — As condições económicas na Europa, ou sobretudo na Europa (nomeadamente como resultado da crise da energia) que tenderão a fazer planificar a indústria noutros moldes, vão ser um factor de aumento do número de trabalhadores temporários, não?

**Manuel Areias** — É um facto que actualmente se assiste a um período de recessão económica na Europa, que o desemprego tem vindo a aumentar, e vai ainda aumentar mais e que isso põe certos problemas.

Problemas em relação à mão-de-obra estrangeira que será a primeira atingida pelo desemprego. Não há nenhuma dúvida sobre isso.

A experiência-«piloto» que a Suíça fez com a «invenção» dos trabalhadores temporários poderá muito bem vir a ser adoptada por outros países importadores de mão-de-obra.

É mesmo essa a tendência que se verifica actualmente.

**«25 de Abril»** — E esses trabalhadores temporários são melhor ou pior pagos que os outros? Quer dizer na medida em que esse estatuto torna mais difícil a atracção do trabalhador estrangeiro, o Estado suíço oferece alguma compensação ao trabalhador temporário, ou pelo contrário, até nesse aspecto o trabalhador temporário está numa situação de desfavor?

**Manuel Areias** — Bom ele é já desfavorecido pelo próprio estatuto. Quanto a salários, até são iguais em princípio. Não há discriminação salarial.

Isto na teoria. Na prática há de facto discriminação não só em relação aos anuais — invocando em relação a estes toda uma argumentação do tipo: «o trabalhador anual é um trabalhador mais antigo, que já tem uns certos anos de casa, que já está mais adaptado, etc., etc.», e fazendo assim na prática uma distinção.

Nas convenções colectivas só há uma obrigação de salário mínimo. Esses salários mínimos são efectivamente pagos, e mesmo mais que isso.

Na Suíça por exemplo na construção paga-se sempre muito mais do que o salário mínimo legal — mais um ou dois francos por hora consoante os trabalhadores e os anos de casa que têm.

Mas é sempre menos que o salário de um trabalhador anual. Para além disto, o temporário não tem a mínima possibilidade de «contrôle» sobre os outros salários.

Outro factor que contribui para a discriminação é o facto de o temporário estar sempre e necessariamente a fazer trabalhos menos qualificados que o trabalhador anual ou o trabalhador nacional. Posto que o trabalho é menos qualificado é evidente que ganha menos...

E tudo isto forma um círculo vicioso de que ele não pode sair.

**«25 de Abril»** — E aquilo que ele ganha o que é que significa em termos de poder de compra, abstraindo do facto de o emigrante mandar para Portugal as suas remessas na previsão de um regresso mais ou menos próximo.

Suponhamos que ele está disposto a ficar lá, ou pelo menos enquanto lá está, a usufruir totalmente do seu salário: quais são as condições de vida que esse salário lhe permite?

**Manuel Areias** — É difícil falar em condições de vida na medida em que o trabalhador temporário, pelo seu próprio estatuto, não pode sequer alugar uma casa e mobilá-la ele próprio. Só poderia alugar casas mobiladas. Mas muito poucas pessoas aceitam alugar um quarto mobilado a um trabalhador temporário. Primeiro porque ele só lá está nove meses; segundo, porque não sabem se na «estação» seguinte ele vai ou não ter trabalho — e as pessoas querem uma certa estabilidade.

Por outro lado o próprio trabalhador temporário vendo-se nessa situação não aluga um quarto mobilado, porque teria que o pagar por doze meses, por um lado, e por outro porque o preço a pagar por esses quartos é relativamente elevado, como é o caso para a Europa em geral.

O estatuto do temporário é feito para impedir ao trabalhador a possibilidade de se fixar. De maneira que é ilusório poder pensar-se que ele **pode** fixar-se. Quanto ao salário em si, é relativamente decente.

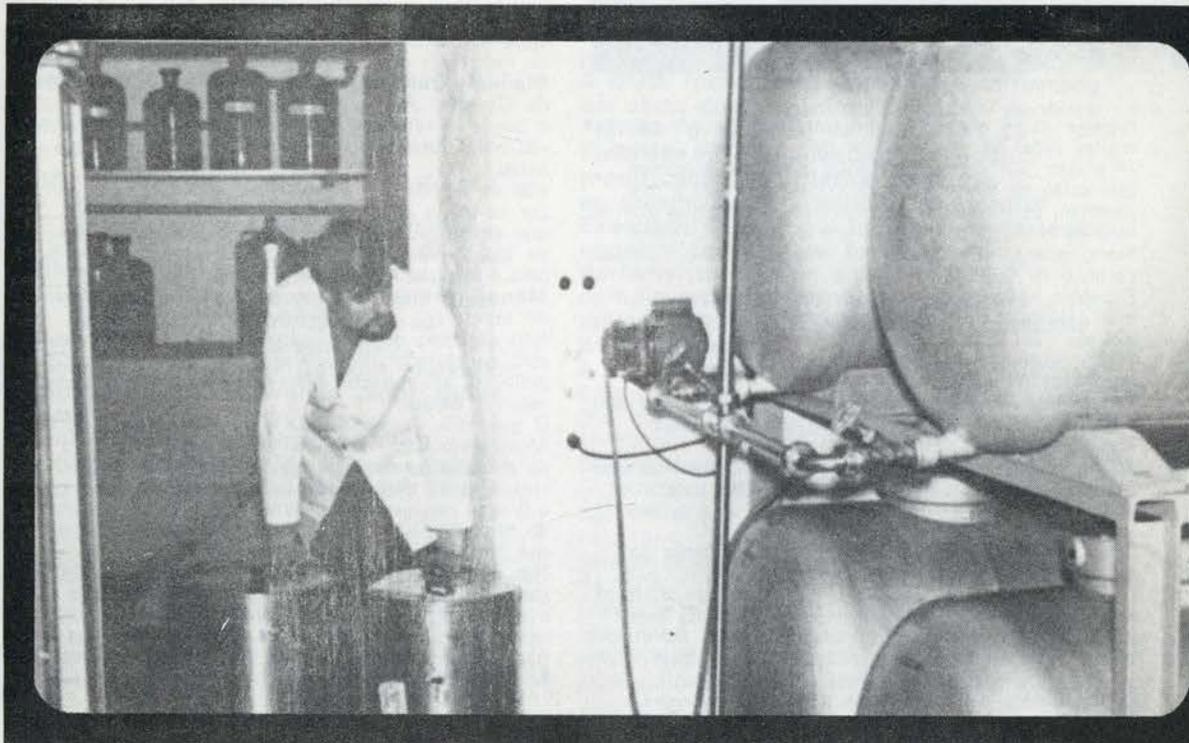
É um salário que dá para viver nas condições económicas que são criadas pela sociedade suíça, é mesmo um salário mais elevado do que aquele que é pago de uma maneira geral no resto da Europa.

Não se verificam na Suíça, por exemplo, aquelas situações que se produzem em Paris, ou na França de um modo geral.

**«25 de Abril»** — Então como é que se alojam os portugueses que trabalham nessa situação de temporários?

**Manuel Areias** — Há duas maneiras: Ou eles vão para barracas, que são barracas de madeira, construídas em terrenos vagos, onde há trabalhadores de todas as nacionalidades (portugueses, espanhóis, italianos), tanto temporários como anuais.

Essas barracas não têm as mínimas condições de





higiene, estão três ou quatro trabalhadores por quarto, muitas vezes há só um duche para cinquenta pessoas — e isso põe certos problemas para trabalhadores que estão na sua maioria na construção civil e que precisam pois de se lavar regularmente. A água quente falta na maior parte das vezes, e o duche frio não é muito aconselhável nem fácil num clima tão rigoroso como o da Suíça...

E depois há todos os outros inúmeros problemas que suscita a vida nestas barracas, e que não vou pôr-me para aqui a enumerar.

Eles também podem ser alojados pela empresa em casas na cidade.

Geralmente são casas para demolição, que já não têm habitantes suíços e que por isso são reservadas aos trabalhadores estrangeiros.

As condições de higiene são as mesmas das barracas praticamente. Geralmente são casas feitas para «andares» e eles estão três a quatro por quarto, têm uma casa de banho por andar, etc.

Mas aqui já têm aquecimento central, já estão na cidade, o isolamento é menor.

No entanto em qualquer destes casos há uma injustiça flagrante: quando eles recebem os salários, já lhes foi descontado o dinheiro do aluguer. O que faz que a empresa aumenta o aluguer quando quer — todos os anos pelo menos — sem que o trabalhador possa protestar mininamente contra isso. Mesmo se o trabalhador reivindicar, o patrão

continua a descontar na folha de salários e o trabalhador não pode fazer nada.

Por outro lado as casas na cidade eram casas de renda moderada que davam um rendimento limitado e que passam a dar um rendimento muito maior à conta dos trabalhadores estrangeiros.

Hoje um trabalhador estrangeiro paga 120 francos suíços por uma **cama** na cidade num quarto onde ele está com mais duas ou três pessoas.

Alguns trabalhadores com quem nós contactámos, fazendo uma avaliação do que ganharia a empresa com o aluguer desses apartamentos, encontraram isto:

Por exemplo um prédio com sete apartamentos, alugados anteriormente a inquilinos suíços a 300 francos por mês — ou seja 2500\$00 — estão lá actualmente cinquenta e sete trabalhadores que pagam cada um 110 francos — cerca de 900\$00 por cama — o que dá a renda total de 6270 francos por mês. Isto quer dizer que um prédio que rendia 2100 francos por mês — mais ou menos 17 850\$00 — rende hoje ao proprietário 6270 francos — 53 295\$00! O proprietário ganha assim mais 36 contos alojando os temporários e isto todos os meses!

Foram os próprios trabalhadores que habitam esse prédio e que fizeram estas contas, que chegaram à conclusão de que no fim de contas a «obrigação» que a empresa tem de alojar os trabalhadores por contrato, reverte em benefício da própria empresa.

«25 de Abril» — Há alguma hipótese para o temporário de sair desse estatuto se ele continuar lá a trabalhar — ou se ele quiser continuar a trabalhar lá?

**Manuel Areias** — Teoricamente há. O trabalhador temporário pode, segundo a lei, passar a anual ao fim de um certo número de meses de trabalho na Suíça. Mas na prática há muitos trabalhadores que requerem a sua passagem a anual, por terem já o tempo requerido para o fazerem, e estão anos e anos à espera que essa passagem se opere.

Por exemplo nós conhecíamos trabalhadores que estavam há nove e dez anos na Suíça e que continuavam a ser temporários.

«25 de Abril» — E as medidas mais recentes do Governo suíço em que sentido é que vão? Pioram ou melhoram essa situação dos emigrados na Suíça?

**Manuel Areias** — Parece-me que a política actual do Governo Federal vai no sentido que eu já apontei e que é o seguinte: Recorrer **cada vez mais** à mão-de-obra temporária, estabilizando a mão-de-obra anual.

«25 de Abril» — E qual seria a actuação mais correcta por parte do actual Governo português, uma vez que ele se propõe, como já o afirmou o Secretário de Estado várias vezes, incentivar uma nova política para o emigrante? Na sua opinião, claro está.

**Manuel Areias** — O que me parece é que o estatuto do temporário não depende de nós.

Não depende de nós acabar ou não com ele. Isso está dependente de uma série de condicionalismos políticos, económicos e sociais, que nós não podemos resolver **daqui**.

O que está fora de dúvida é que o Programa do Movimento das Forças Armadas prevê toda uma série de medidas tendentes a «melhorar a situação das classes mais desfavorecidas» da sociedade portuguesa, e parece-me que a situação dos emigrantes é, apesar do nível de salários de que eles usufruem, uma situação que tem de ser melhorada.

Nas perspectivas do actual Governo estão incluídas toda uma série de medidas tendentes a melhorar a situação desses trabalhadores — através de toda uma política de realização de acordos onde eles não existem; através de toda uma política de protecção ao trabalhador português no estrangeiro.

---

---

# a DGB

## contra a discriminação de trabalhadores estrangeiros

---

---

De acordo com o novo regulamento sobre a Reforma de Contribuição de Impostos e Perequação de Encargos (Familienausgleich und Steuerreform) acordou o Parlamento alemão uma prescrição que entregou ao Governo para aprovação. A dita prescrição, vem causar prejuízo aos trabalhadores estrangeiros que presentemente recebem o Abono de Família pelos filhos residentes no seu país.

A partir de 1. 1. 1975, está prevista a seguinte modificação:

- 1.º filho, 50 Marcos (até à presente data, não tem direito);
- 2.º filho, 70 DM (presentemente, recebe 25,- DM, se o salário anual não ultrapassar 18.360 Marcos);
- 3.º e seguintes, 120,- DM (actualmente, é pago 60 Marcos pelo terceiro filho e 70, pelos restantes).

Além disso, deixará de existir a importância livre de impostos, segundo o número de filhos (Kinderfreibetrag). O referido aumento será pago aos alemães e estrangeiros, cujos filhos vivam na RFA. **Isto significa, que os portugueses, ou outros, que não pertencem ao Mercado Comum, deixarão de receber o abono familiar pelos filhos residentes no seu País.**

Parlamento Federal, recomendou ao Governo alemão, que modificasse o mais breve possível os Acordos Bilaterais sobre Segurança Social, por neles estar incluída a regulação sobre o Abono de Família (entre Portugal e a RFA, leia-se o Artigo 27).

A referida modificação prevê assegurar o abono pelos filhos não residentes neste país, sem prejuízo da importância que vigora no Estado de origem.

Pelo exposto, tomou a DGB a seguinte resolução:

### Resolução da Presidência da DGB em 2. 7. 1974

«O Comité Executivo da DGB, confirma na sua reunião de 2. 7. 1974, o princípio de completa paridade de direitos dos trabalhadores estrangeiros com os alemães, sobre assuntos de Trabalho e Direito Social e reprova a nova regulamentação sobre o Abono de Família, que o Governo Federal tenciona aprovar, por ser desfavorável aos trabalhadores estrangeiros, cujos filhos vivam no seu país.

A DGB, insiste no seu desejo manifestado em carta de 4 de Julho, dirigida à senhora Funcke, presidente da Comissão de Finanças no «Bundestag», pedindo a modificação do referido projecto e, ao mesmo tempo, solicita ao Comité Executivo Gestor, que inicie imediatamente negociações com as Frações do Parlamento Federal e Ministérios competentes, a fim de se assegurar a aplicação do princípio sobre a igualdade de tratamento».

A DGB e seus Sindicatos, apresentam-se mais uma vez como únicos defensores dos interesses dos trabalhadores estrangeiros e voltam a afirmar a sua posição contrária a toda a espécie de discriminação que lhes possa ser dirigida. O princípio sobre a igualdade de tratamento, não é tomado pela DGB como «acção de palavras», mas sim, como base de direitos, para o emprego de trabalhadores estrangeiros na RFA.

Como se depreende da declaração do Comité Executivo, estamos procurando uma solução aceitável para os nossos companheiros estrangeiros, que têm filhos na sua Pátria, com direito ao Abono de Família.

# O SINDICALISMO EM PORTUGAL O QUE FOI? O QUE É?

Quando, em 1870, o governo português se vê forçado a reconhecer as Associações de classe já muitas delas tinham existência de facto. Os trabalhadores portugueses não aguardaram ontem, como hoje, as decisões governamentais para se unirem e se defenderem da exploração do capital. Nessa data, embora de forma ainda incipiente, o movimento sindical conhece uma fase de arranque que se intensifica quando, em 1891, o governo decreta a regulamentação legal das referidas Associações, embriões dos futuros sindicatos.

Até 1914, ano em que, finalmente, se atinge a unidade sindical com a criação da União Operária Nacional, o sindicalismo português, atravessa períodos difíceis que espelham as contradições existentes no seio da sociedade portuguesa, resultantes da mentalidade burguesa das classes que dominam económica e politicamente o País. Não deixa, por outro lado, de reflectir as consequências das influências dos partidos políticos que, mais preocupados em arrebatar clientela eleitoral do que servir o Povo, não se inibem de, invocando motivos de ordem ideológica e partidária provocarem a divisão da classe operária e de travarem o caminho para a unidade sindical. A esta divisão, também não são alheias as intreférences de correntes estrangeiras, nomeadamente espanholas e francesas.

Apesar de ser afirmado, com bastante insistência, que o Movimento Sindical em Portugal não atingiu grande influência e dimensão, essa visão, numa óptica realista, é bastante discutível, se atendermos à pequena dimensão do País, ao fraco desenvolvimento industrial e à elevada taxa de analfabetismo. Na verdade, o movimento operário no seu conjunto, e as organizações sindicais, em particular, servidas por dirigentes e militantes de inegável craveira humana e intelectual, exerceram uma marcante influência nas regiões industriais e agrárias mais desenvolvidas do País, atingindo, em 1925, por ocasião do último Congresso Sindical realizado em Portugal, o número significativo de 120 mil aderentes.

A luta da classe operária, organizada no plano sindical, sofreu entre nós, como é comum a todos os processos de luta, avanços e recuos. Contudo, alguns destes foram motivados pela interferência dos partidos políticos que procuraram o «contrôle» dos sindicatos

numa tentativa de os colocarem ao serviço dos seus interesses partidários, não se importando de, por meio de tal actuação, provocar a divisão da classe operária. Muitas reuniões, congressos e acções sindicais foram negativamente influenciadas por esse facto, enfraquecendo, desse modo, a organização sindical. Progressivamente, porém, os responsáveis sindicais foram-se libertando das amarras dos partidos, alcançando a edificação de uma Central Sindical Unitária — a Confederação Geral do Trabalho.

Quando estala o golpe militar de 28 de Maio de 1926, comandado pelo general Gomes da Costa, que irá levar Salazar ao poder e à instalação do regime corporativo-fascista, o golpe é recebido quase sem reacção por parte dos políticos burgueses. A Confederação Geral do Trabalho (C. G. T.), reconhecendo, de imediato, a natureza do golpe, denuncia-o e faz apêlo revolucionário à greve geral, mas sem resultado.

A ditadura estabelecida vai-se abater implacavelmente contra as massas trabalhadoras, colocando todo o aparelho estatal ao serviço dos interesses monopolistas e capitalistas então, ainda, predominantemente de expressão rural e ruralista. É o início de uma longa jornada de sofrimento para a classe operária portuguesa. Os dirigentes e os militantes que não se submetem são perseguidos, presos, e muitos deles, conhecem o destino do desterro e a morte nesse infernal campo de concentração que foi o «Tarrafal».

Com a publicação, em 1933, da Constituição Política e do Estatuto Nacional do Trabalho (em que, no referendo a que foram submetidas, as abstenções contaram como votos favoráveis), eram lançadas as bases doutrinárias que iriam fundamentar a estrutura política e sindical nitidamente decalcada dos regimes fascistas então em voga na Europa. A influência do fascismo italiano, sob Mussolini, era evidente, não só ao nível doutrinário (o Estatuto Nacional do Trabalho é uma tradução quase literal da Carta Del Lavoro italiana) como no plano organizativo (Mocidade Portuguesa, Partido Unico — União Nacional — Legião Portuguesa — organização paramilitar constituída por civis —, FNAT — Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho —, PIDE — Polícia política —

Organização Corporativa) que são cópias quase fiéis da organização fascista italiana, salpicadas de variantes de natureza nazista.

Durante 40 anos, esta máquina infernal, montada por Salazar, com o apoio de peritos fascistas estrangeiros, sonegará, sistematicamente, os direitos dos trabalhadores portugueses, submetendo-os ao despotismo, ao terror, à exploração, à miséria, à emigração, ao subdesenvolvimento cultural e a outras formas de sofrimento e humilhação.

As «caricaturas» de sindicatos atribuiu Salazar a missão de «colaboradores» ordeiros e pacíficos do capital-patronato, impondo-lhes o sagrado respeito pelos «superiores» interesses da economia nacional. Na sua genialidade meteu na mesma jaula o leão arrancado à selva e o caçador, só que, evidentemente, não se esqueceu de criar a temida e sanguinária PIDE para defender o caçador das investidas leoninas.

A classe operária, em Portugal, não loarou criar

organizações sindicais clandestinas, sob o império de Salazar e Caetano. As tentativas falhadas, ou as existentes à data de 25 de Abril, não atingiram grande influência junto das massas trabalhadoras. Apesar da ausência de tais organizações clandestinas, a luta da classe operária não deixou de se processar, nalgumas zonas e fábricas, por influência de militantes comunistas e de outras origens, embora nos tempos mais chegados se possa afirmar com justiça que as posições mais fortemente reivindicativas e radicais tinham um carácter espontâneo e moviam-se fora dos quadros orgânicos de partidos e sindicatos.

Nos últimos tempos, nos que antecederam a morte política de Salazar e os que durou o período pseudo-liberalizante de Caetano, os trabalhadores das cinturas industriais de Lisboa, Setúbal, Covilhã, Barreiro, Vila Franca de Xira, Porto e, até, Braga, entre outras, revoltaram-se contra a miséria e a exploração provocada pelos baixos salários (o custo da mão-de-obra





industrial em Portugal é inferior em cerca de 50 por cento à maioria dos países europeus), as más condições de trabalho, a incontrolável e galopante carestia da vida (alguns produtos essenciais à alimentação pobre dos trabalhadores aumentaram de 50 a 100 por cento nos últimos 3 anos).

Não obstante a repressão, menos brutal, mas mais subtil, a classe operária realizava greves de zelo, paragens de trabalho, manifestações políticas, cujo «contrôle» várias tendências e facções chamavam a si, apesar de contestados, por vezes, pelos trabalhadores que as organizavam.

A revolução de 25 de Abril ao pôr termo a esta experiência de acção no «interior» dos sindicatos oficiais fez cessar as especulações e inconveniências deste tipo de actuação quando submetida a uma análise com sentido prospectivo.

Portanto, objectivamente, no plano táctico, a experiência resultou em «cheio»: alcançaram-se vantagens para os trabalhadores e as direcções sindicais que dirigiam os sindicatos oficiais detêm, pelo menos, por ora, a vantagem de influenciar de forma inegável o comportamento presente e a evolução futura dos sindicatos. Foi evidente a sua participação no «assalto» aos sindicatos que se encontravam na mão de dirigentes sem representatividade, não sendo menos insignificante a influência exercida a nível da «Intersindical», constituída por todos os sindicatos que, anteriormente ao 25 de Abril, eram já dirigidos por trabalhadores representativos, e por representantes dos trabalhadores dos sindicatos recentemente ocupados.

O actual momento político que se vive em Portugal é, sem dúvida, o resultado directo do Movimento das Forças Armadas, que, desde há cerca de 2 anos se vinha organizando com o objectivo claro de derrubar o regime.

Mas, que razões empurraram as Forças Armadas para esta revolução?

Efectivamente, esta revolução está causando espanto,

posto que contrária à prática habitual no palco político internacional por se ter tornado prática corrente a intervenção dos exércitos para imporem regimes de direita.

Está fora de causa que a luta da classe operária que, dia a dia, atingia maior actividade, contribuiu, directa e indirectamente, para a consciência que os corpos intermédios da hierarquia militar (capitães e majores) tomaram da situação caótica do País e da necessidade de lhe pôr termo.

É errado pensar que «Portugal e o Futuro» do general Spínola, constitui o ideário da revolução, mas, sem dúvida, as suas ideias identificam-se, em muitos pontos, com as que estiveram na origem do Movimento das Forças Armadas. O Movimento não foi encabeçado por Spínola; foi o Movimento que o chamou a assumir a chefia da Junta de Salvação Nacional e, agora, a de Chefe do Estado. Não se tratou de uma revolução de generais, o que lhe confere um carácter bastante singular, e ao mesmo tempo, oferece certas garantias de respeito pela decisão de devolver ao Povo as liberdades fundamentais usuais nos países democráticos.

Mas, não haja ilusões que o 25 de Abril não é — não foi — a vitória da Classe Operária. É uma etapa — necessária, sem dúvida. Libertou-a, libertou todo o povo português da opressão política fascista, mas permanecendo o poder económico nas mãos dos capitalistas que ainda ontem (e hoje) eram os aliados dos fascistas, facilmente se conclui quão precária é a vitória dos trabalhadores, mesmo se, como é um facto, estão obtendo o reconhecimento de direitos e regalias a nível político, a nível sindical e de empresa que ainda há muito poucos meses pareciam uma miragem inatingível.

N. R. — Este texto é a reprodução parcial dum caderno dos «Textos Base» divulgado em Lisboa, e que nos foi cedido pelos seus responsáveis, para publicação na «25 de Abril». A montagem é, evidentemente, da responsabilidade da Redacção.



CAMPONESES  
DO DISTRITO DE  
SANTAREM.  
SUBSTITUAM AS CASAS  
DO POVO PELOS SINDICATOS.  
TRABALHO IGUAL SALARIO IGUAL.



## COMO NOS

# VELHOS TEMPOS

«25 de Abril» não é uma revista de humor. Pretende apenas levar a todos os emigrantes uma informação séria, para que também eles participem, com o seu trabalho e a sua opinião, na tarefa em que todos os portugueses estamos empenhados de dar uma imagem nova a este País, para o qual todo o mundo olhava antes com desprezo e indignação.

Apesar disso, ainda há espaço para rirmos. E para aproveitá-lo, «25 de Abril» levará todos os meses, à sobremesa dos nossos leitores, um prato que com certeza todos irão apreciar devidamente. Sabem como se faz? É muito fácil. Ora tomem todos muita atenção:

- 1 — Imagina-se quais são os portugueses, no estrangeiro, que antes do dia 25 de Abril gostavam muito, pelas razões que a gente sabe, do sr. Salazar e do sr. Caetano.
- 2 — Telefona-se para a imprensa e pergunta-se quais são os jornais que fazem ainda os ditos senhores, para «esclarecer», como eles dizem, os emigrantes.
- 3 — Abre-se um deles ao acaso, passa-se os olhos muito ao de leve por cima, tira-se uma das muitas mentiras que eles continuam a apregoar e pronto, já está!

Garanto-lhes que teremos material para rir, ainda durante muito tempo. Para já, aqui vai hoje um bocado dum jornal que se publica no Brasil e que se chama O Mundo Português. Pela amostra, poderão os nossos amigos apreciar quantos portugueses ainda há por esse mundo fora, com saudades dos bons velhos tempos e a fazer tudo para que o tempo volte para trás, como diz o fadista. Vejamos pois o que escreve no Brasil um tal sr. Matias, que se dá ares de quem muito sabe, para criticar a nossa política de descolonização, quando todos os países não se cansam de nos elogiar por esse acto de justiça.

Há quatro tipos de homem na África do Sul: 6 milhões de bantos; 2 milhões e meio de descendentes de holandeses de língua africana; meio milhão de judeus; e meio milhão de ingleses. Mas tudo isso se divide, fundamentalmente, em duas etnias políticas: 6 milhões de negros e três milhões e meio de brancos.

Os brancos chegaram lá, quando não havia negros na região. Semearam, plantaram, lavraram, descobriram minas, ergueram cidades. E os bantos foram chegando do norte, atraídos pelo desenvolvimento. Três séculos passados, os bantos pedem um sistema democrático de vida comandada pelo voto; os brancos, liderados pelos descendentes dos holandeses, respondem com o *apartheid*, em que negro não tem direito de voto. Razão: em regime de voto de maioria os bantos tomariam conta dos destinos da África do Sul, que os brancos fizeram, ao longo dos últimos três séculos. Os brancos seriam jogados ao mar, sem pátria para onde se retirassem, porque não são holandeses nem ingleses: são sul-africanos, há mais de três séculos. Essa a razão pela qual branco fez uma república branca em que negro não tem direito de voto.

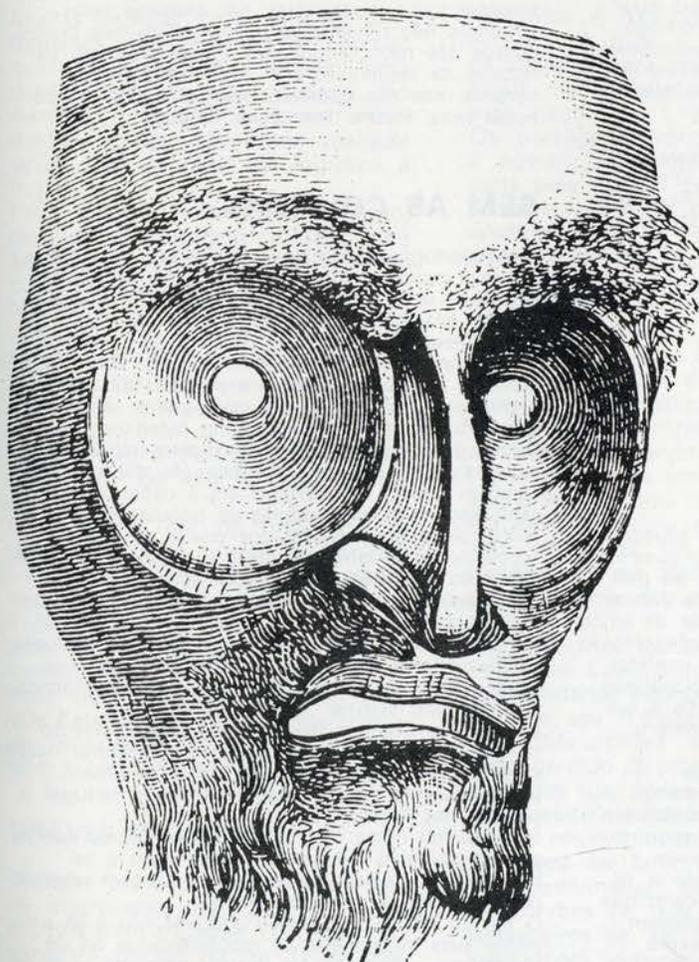
Agora, Mário Soares vai a Lusaka e fecha um acordo com os guerrilheiros da FRELIMO: Samora Machel formará um governo negro para governar Moçambique independente. Isso quer dizer o domínio de quase meio milhão de brancos e vários setores da

população negra por um grupo que se diz maioria, mas não se sabe se é. Samora Machel, inabilmemente, mostrou-se irredutível em exigir o poder só para a FRELIMO. Mário Soares, na ânsia de resolver, de qualquer jeito, mas depressa, a questão da independência, aceitou a exigência do seu interlocutor. O chanceler viveu demasiado em Paris, para conhecer bem o Sul da África; Samora Machel acredita demasiado no poder de suas bombas chinesas. Moçambique é Moçambique, no lugar em que se encontra. Não é o que desejaria Machel nem o que imagina Mário Soares. O acordo Soares-Machel tinha que levantar viva reação por parte da África do Sul e da Rodésia, que fatalmente aliciariam os brancos de Moçambique para lutarem pela causa comum da sobrevivência branca e dos recursos económicos dos portos. O tratado de Lusaka teve ares de condenação da África do Sul e da Rodésia a uma morte política inevitável, por inanição económica. Morrer por morrer, é preferível morrer lutando. Talvez Portugal devesse, antes de mais nada, abrir uma embaixada em Pequim, e negociar lá a troca de Machel, como chefe da Frelimo, antes ou depois da troca de Mário Soares em Lisboa, como ministro. Nenhum deles é hábil diplomata.

J. RODRIGUES MATIAS

# A MORTE DO IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS

● Podemos subsistir sem ele



Enquanto a grande maioria do povo trabalhador português festejou por todo o país o fim do império colonial português e da guerra a que a sua sustentação levava, no tempo do fascismo, um grupo de provocadores, em nome da minoria colonialista de Moçambique, praticava actos de sabotagem e de agitação em Lourenço Marques. Alguns dias depois, tomava posse o novo governo de Moçambique, com o dirigente nacionalista Joaquim Chissano à cabeça. Mais uma vez as forças progressistas mostraram que a força da vontade do povo conduz irremediavelmente à vitória. Mais tarde ou mais cedo, o fascismo e o capitalismo cairão definitivamente.

Qual o significado dos acontecimentos de Moçambique no actual «processo de descolonização»? Que está ganhando ou perdendo Portugal?

## COLONIZAR E DESCOLONIZAR

As condições económicas e políticas muito especiais que levaram, há séculos, governos e povos a colonizar outras terras e outras gentes, não existem mais. A necessidade tirânica de subjugar povos culturalmente menos sólidos, a via da exploração dos recursos económicos de outros países através da sucção das populações dominadas, que levaram ao Brasil, à África e à Ásia os portugueses, estão irremediavelmente ultrapassadas. O desenvolvimento da luta de classes e dos modelos de relações de produção determinaram a adopção de outros sistemas de colonização económica: os jogos de exportação e importação, a concentração de meios de produção e outros processos mais «modernos», de resultados mais «eficazes», são hoje em dia utilizados por muitos países que já abandonaram ou nunca tiveram uma «vocaçao colonialista», no sentido clássico do termo. E colonizar, que constituía, segundo o direito da época, um acto legítimo dos povos mais avançados, tornou-se, devido não só às modificações das estruturas

económicas como à evolução dos conceitos da vida em sociedade, um acto atentatório da dignidade nacional dos povos dominados.

As «lutas de libertação» intensificaram-se em todo o mundo contra dominadores tidos por «vitalícios». Ergueram-se os povos contra a intervenção dos estrangeiros na sua vida. E as cabeças dos Impérios resistiram pela força.

A marcha incontível da luta dos povos em armas, porém, levou à vitória em grande parte dos países colonizados. Em África, por exemplo, o Senegal, a República da Guiné-Conakry e a Argélia são países onde o jugo colonial foi recentemente derrubado. O regime fascista português, entretanto, batia-se desesperadamente em África pela manutenção de um Império em que a primeira machadada fora desferida pela Índia. Tratava-se, efectivamente, do último Império colonialista em África.

Os povos das colónias de Moçambique, Angola e Guiné mostraram, ao longo de vários anos de luta armada, que não combatiam o povo de Portugal mas o seu governo colonialista. E em 1961, quando Salazar ordenou que o Exército português embarcasse para Angola «rapidamente e em força», sabia estar agredindo não um pequeno grupo de «terroristas» mas sim os desejos de libertação política e económica do povo angolano. Sabia também que o mesmo viria a suceder nas outras colónias. E não tardou que em Moçambique e na Guiné as populações se organizassem contra o Imperialismo.

Os povos das colónias exigiam a descolonização, exigiam a independência. Já antes da luta armada o haviam feito, através de todos os meios pacíficos que estavam ao seu alcance. Mas o governo fascista nunca quis ouvi-los, como nunca quis ouvir os portugueses na Metrópole. A força das armas constituiu a última forma de luta para os povos das colónias.

## E DEPOIS DA DESCOLONIZAÇÃO?

O 25 de Abril veio modificar totalmente a situação. As Forças Armadas do nosso país, ao apertar o governo fascista de Marcello Caetano, apresentaram ao país a sua firme vontade de acabar com a guerra. Acabar com a guerra significava admitir a existência de possibilidades de entendimentos com os movimentos de libertação, com vista à resolução final dos conflitos. Para os democratas portugueses e para os nacionalistas africanos, isto significava o direito dos povos à sua independência. Os povos são livres de escolher o seu destino.

Os recentes acontecimentos de Moçambique, e porque não se podem considerar isoladamente mas como resultado de todo o processo, constituem como que o tom geral da descolonização: enquanto os povos se libertam, os dominadores recorrem à violência como última forma de fazer prevalecer os seus interesses. Porém, e também nisto Moçambique serve de exemplo, as forças progressistas acabam por vencer: e em Lourenço Marques o governo popular é integrado, a 75 %, por nacionalistas moçambicanos da FRELIMO.

Já a Guiné firmou oficialmente a sua condição de República independente e obteve assento na Organização das Nações Unidas (ONU). Moçambique, através de um governo de transição, prepara-se para

a libertação. O mesmo sucederá brevemente em Angola.

Nestas duas últimas colónias, porém, o Governo Provisório encontra sérios entraves à concretização rápida da independência. Há em Angola e Moçambique grandes interesses económicos em jogo, motivados pelas riquezas do solo e do subsolo dos dois territórios.

Os interesses dos capitalistas portugueses e estrangeiros (mais destes que daqueles) em Angola e Moçambique dificultam a resolução dos conflitos. Com efeito, os movimentos de libertação que representam os povos destas colónias não querem a independência política para continuarem debaixo do domínio económico dos capitalistas.

Na 2.ª Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, Amílcar Cabral afirmou: «Nós estamos comprometidos com os nossos povos, lutamos pela libertação total dos nossos povos, mas não lutamos simplesmente para pôr uma bandeira no nosso país e para ter um hino. Nós queremos que nos nossos países não possa mais reinar o insulto, e que nunca mais os nossos povos sejam explorados não somente pelos imperialistas, não somente pelos europeus, não somente pelas pessoas de pele branca, porque nós não confundimos a exploração ou os factores da exploração com a cor da pele dos homens; nós não queremos mais a exploração na nossa terra, mesmo feita pelos negros».

## SEM AS COLÓNIAS

E nós, portugueses: poderemos viver sem as colónias? É esta a pergunta que muita gente faz ao ver aproximar-se o fim do Império Colonial Português. Salazar, Marcello Caetano e todos os facistas portugueses afirmavam que o nosso país acabaria por morrer, se lhe faltassem as colónias. Mas nós sabemos que isso é falso. A exploração das colónias portuguesas, ou foi feita por estrangeiros, ou foi feita por portugueses, para seu próprio benefício. O povo português, as verdadeiras massas trabalhadoras, nunca beneficiaram com a exploração das colónias. Também o povo de Portugal era e continua a ser explorado. E os exploradores da população da Metrópole são-o também dos povos de Angola e Moçambique. E também aqui é o colonialismo a ser derrotado: não são os interesses económicos dos trabalhadores que são postos em jogo — são os dos capitalistas.

Por outro lado, a independência das colónias conduzirá inevitavelmente à cooperação entre Portugal e os novos países. Cooperação que não será só económica, mas também cultural, técnica e política!

De resto, o exemplar processo de descolonização português levou o país ao convívio das outras nações livres do mundo. E na própria África se abrem perspectivas de franca colaboração com Portugal, a começar na Argélia.

E colocando numa mesma balança os gastos que as guerras coloniais exigiam ao nosso povo e os benefícios que delas recolhíamos — nós bem sabemos para que lado se inclinaria o fiel.

O fim do Império Colonial Português não é só uma vitória para os guinéus, os moçambicanos ou os angolanos — é-o também, e principalmente, para os portugueses, que sentiram na carne o seu preço. Estão neste caso, particularmente, os jovens que combateram em África, os emigrantes e os exilados, os perseguidos no próprio país, e de um modo geral todo o povo português.

# este mês aconteceu...

## EMIGRANTES BURLADOS

Muitas dezenas de emigrantes portugueses, que vieram de Londres num voo «charter», tiveram uma desagradável surpresa quando, no Aeroporto de Lisboa, foram informados de que não havia qualquer avião para os levar de regresso a Inglaterra.

Esse regresso estava, no entanto, incluído na passagem de ida e volta antecipadamente paga, sabe-se lá com que sacrifícios.

Na maioria modestos trabalhadores que em Inglaterra procuraram as esperanças que o seu futuro em Portugal não tinha, os passageiros do avião que não existia foram seduzidos pela aliciante possibilidade de vir a Portugal por metade do preço de um bilhete normal de avião.

O programa era de uma agência de viagens portuguesa de Londres — a Canjim Limited —, que trabalhava em ligação com o Clube de Futebol «Os Belenenses» de Londres. Por 35 libras (em aviões de carreira são cerca de 80) e por mais uma libra de cotização para «Os Belenenses», uma pessoa adquiria uma passagem Londres / Lisboa / Londres, em avião «charter».

### GRAVES PREJUÍZOS

Muitos foram os portugueses que se inscreveram na Canjim Limited e que vieram a Lisboa. Os problemas surgiram apenas no dia 31 do mês findo, quando os emigrantes que deviam retomar no dia 1 os seus trabalhos, se apresentaram no Aeroporto de Lisboa. Não havia avião

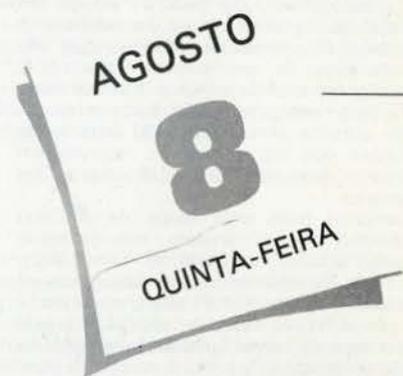
para eles. A explicação de British Airways, à qual a Canjim fretava os aparelhos, era simples: não havia avião por o afretamento não ter sido pago.

Os passageiros dirigiram-se, então à agência de viagens Catur, indicada pela Canjim como sua representante em Lisboa, «habilitada a resolver todos os problemas». Essa «habilitação» não incluía, no entanto, assegurar o transporte de regresso ou indemnizar os burlados. A cada passageiro que se lhe dirigiu, a Catur entregou uma declaração assinada pelo director e em que esclarece não ter qualquer responsabilidade na organização dos voos «charters» da Canjim Limited.

Para muitos dos emigrantes, a presença em Londres na data prevista era condição para conservarem os seus empregos. Os que puderam, meteram-se em aviões de carreira, pagando pela segunda vez e pela tabela máxima a sua viagem de regresso. Mas muitos não o puderam fazer. Esses continuam cá, sem possibilidades económicas de assegurar o seu transporte, alguns até com dificuldades de subsistência neste período de prolongamento forçado das suas férias.

A Secretaria de Estado da Emigração estuda neste momento o apoio que lhes pode dar, tanto mais que, ainda não confirmadas, chegam notícias de Londres de que, a pedido dos passageiros já ali regressados, as autoridades inglesas intervieram no assunto, mas parece ser manifesta a falta de liquidez da agência para indemnizar os prejuízos.

Note-se que esses prejuízos, para



a maioria dos que tiveram a infelicidade de ser clientes da Canjim, não se limitam ao preço de uma passagem aérea, pois abrangem todas as graves consequências do facto de não poderem pagá-la duas vezes e de não poderem, por isso, cumprir os seus compromissos profissionais.

### O MOTIVO DA SITUAÇÃO

A investigação da burla de que foram vítimas os clientes da Canjim compete às autoridades policiais londrinas. Mas, para além dos factos que possam ser esclarecidos, permanece a situação que obriga os emigrantes portugueses residentes em Inglaterra a recorrer a agências mais ou menos honestas ou mais ou menos sólidas, a estratagemas que justifiquem a realização de «charters», tais como é o clube «Os Belenenses de Londres», etc. Tudo isso resulta de não existir, entre Londres e Lisboa, a tarifa especial de férias para emigrantes praticada, por exemplo, entre Paris e Lisboa. Evidentemente que isso não depende de divisão da TAP, mas dependerá certamente de acordos a estabelecer entre a TAP e a sua congénere britânica. O sistema existe já entre a Inglaterra e a Espanha e a Itália, porque deverá Portugal constituir uma excepção? Os 25 000 portugueses que trabalham além-Mancha bem merecem todos os esforços que se façam para pôr fim à sua injusta situação.

«República», 8 de Agosto

## Terminou a Volta a Portugal em bicicleta

Sem Joaquim Agostinho no número dos corredores, a Volta deste ano perdeu metade do interesse. Teve muitos incidentes pelo meio, mas apesar de tudo conseguiu chegar ao fim. O «Jornal do Comércio» noticiou assim a última etapa desta tradicional e popular competição desportiva:

«Terminou mais uma Volta a Portugal em Bicicleta. Terminou mais um suplicante esforço de corredores (atletas) que são intitulados de profissionais mas que, com ordenados famintos e prémios atrofiados e sem preparação física e moral, são atirados para a arena do mito e das ilusões que transformam o homem em ídolo... por meia dúzia de dias e de patacos.

Terminou mais uma etapa de ciclismo nacional que, novamente, especialmente nesta edição, demonstrou uma organização desorganizada, em que o espectáculo — desporto foi transformado em... como é hábito fazer-se, na «Volta», este ano teve de haver também, mas a forma não interessou...

Fernando Mendes ganhou a 34.ª edição da prova máxima do ciclismo em Portugal, conseguindo-o mercê das suas reais potencialidades de campeão, sobejamente comprovados nos 34 quilómetros da última etapa, o contra-relógio individual que levou os homens do pedal do Autódromo do Estoril até ao Estádio José

Alvalade. Ali, em terreno «leonino», a volta vestiu-se toda de «encarnado», pois além de Mendes os dois lugares imediatos da classificação geral individual foram também para dois benfiquistas, Dinis Silva e António Martins, e, também por equipas, as águias voaram mais alto que as outras formações.»



AGOSTO  
10  
SÁBADO

## O 1.º de Maio dos Emigrantes

«Nós só prometemos à Pátria trabalho e mais trabalho. Prometemos — e já estamos a caminho disso — justiça social (...), condições para que amanhã

os vossos filhos e os vossos netos não tenham necessidade de emigrar para o estrangeiro.»

Estas e outras afirmações do primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, foram vibrantemente aclamadas, ontem, à tarde, durante o «comício-manifestação-festa», efectuado no Estádio 1.º de Maio, numa homenagem de apoio dos emigrantes portugueses às Forças Armadas, ao Governo Provisório e às forças democráticas.

Foram horas de autêntica confraternização, as vividas no Estádio 1.º de Maio, pelos milhares de emigrantes que das mais diversas partes da Europa vieram ao encontro de um novo País. País livre. País deles, de onde se viram um dia escorraçados pelas negras perspectivas que os dirigentes opressores lhes ofereciam.

Agora regressaram para ver, finalmente o que nunca sonhavam encontrar: uma Nação de cara levantada, orgulhosa, aceite por todos os povos de todos os continentes.

«Vim a Portugal propositadamente para viver a liberdade restituída ao povo do meu país, e não para passar férias», declarou-nos um dos muitos milhares de emigrantes que afluíram à manifestação.

O propósito do Movimento Democrático Português, que desde o início lan-

AGOSTO  
11  
DOMINGO



çou mãos da grande tarefa de organização desta festa ímpar, foi inteiramente realizado: proporcionar um autêntico dia de solidariedade nacional com os milhares de portugueses espalhados pelo Mundo.

Os que vieram à sua capital fizeram, de facto, uma grande jornada de actuação democrática, participando, pela primeira vez, na grande alegria de serem homens livres no seu país libertado.

Não faltou, por outro lado, o abraço fraterno dos que cá estão. Desde a primeira hora se gerou um movimento de apelo à manifestação, em que sobressaíram o Movimento Democrático Português, o Partido Popular Democrático, o Partido Socialista, o Partido Comunista e a Inter-sindical, a par do Movimento Democrático Democrático dos Artistas Plásticos e do Movimento da Juventude Trabalhadora.

Paralelamente, a Secretaria de Estado da Emigração, recentemente criada, lançou

uma campanha de boas-vindas aos cidadãos que visitavam agora o seu país livre.

### A concentração e o desfile

Pouco depois das 13 horas, grupos de emigrantes chegavam à Alameda Afonso Henriques e Praça do Chile, locais indicados para a concentração. Vieram em camionetas, em automóveis, em que sobressaíam as matrículas francesas, e transportes públicos.

Muitos cartazes indicavam os locais dessa vasta Europa, onde foram encontrar uma melhor forma de ganhar a vida. De Dortmund na Alemanha, a Orleães, no coração da França, passando por outros países e outros continentes, todos os portugueses que ali labutam estavam representados, unânimes a vitoriarem o Movimento das Forças Armadas e o Governo Provisório.

Abracos, muitos abraços, selando a alegria do momento inesquecível. Um reencontro feliz com os compatriotas que por cá ficaram, suportando os sacrifícios impostos pelos opressores de 24 de Abril... A bandeira nacional estava em todas as mãos; os vivas ao M. F. A. em todas as bocas. A alegria transpareceu em todos os rostos. O regresso, desta vez não foi exclusivamente para matar saudades de familiares e amigos e das empobrecidas terras que os viram nascer. Fora um

regresso de comunhão com os milhares de portugueses que têm vivido as grandes horas de libertação oferecidas após o 25 de Abril.

Os grupos juntaram-se. A manifestação foi adquirindo dimensão. A Avenida Almirante Reis transformou-se novamente, pela terceira vez neste ano num mar imenso de gente, sentidamente feliz por poder gritar, sem limitações ou condicio-



namentos de espécie alguma, a palavra «Liberdade».

O desfile em direcção ao Estádio 1.º de Maio teve início pelas 14 horas. Ordeiramente, na mais exemplar lição de civismo, já comum desde o dia da libertação, a manifestação dos emigrantes começou a ter o seu significado, passando pela Praça do Areeiro até à Avenida Gago Coutinho. A imensa gente caminhava e gritava continuamente. Das janelas dos edifícios das avenidas choviam aplausos, numa manifestação de fraternidade por todos sentida. Subiu-se depois a Avenida dos Estados Unidos, em direcção ao Estádio onde, entretanto, chegavam também outros manifestantes, que para aí directamente convergiram.

(«Diário de Notícias», 12 de Agosto)

No Estádio 1.º de Maio, onde foi encerrada esta manifestação, falaram aos emigrantes Jorge Reis, Ruben de Carvalho, Graciete Caldeira, A. Teixeira Ribeiro, José Manuel Nunes, Sérgio Vilarigues, Alfredo Morgado, o general Costa Gomes, o ministro Costa Martins e o Secretário de Estado Pedro Coelho. Na página 10 transcrevemos as palavras deste último, que contém, em linhas gerais, o programa de actuação da nova Secretaria de Estado da Emigração.

## A economia depois do 25 de Abril

**O primeiro-ministro, coronel Vasco Gonçalves, fez nesta data uma comunicação sobre a situação económica e social do País, que foi divulgada por todos os órgãos de informação. Embora não nos seja possível, por falta de espaço, transcrever todo o documento, não queremos deixar de lembrar algumas das passagens mais importantes.**

### 1. A pesada herança que nos deixou o regime fascista.

Alguns dos principais mitos do regime deposedo eram o da estabilidade económica e financeira, e o da ausência de défice orçamental.

Contudo, a verdade era bem outra. Nas vésperas do 25 de Abril a economia portuguesa estava à beira do caos:

#### 1.1. Havia um défice real do orçamento

Todos os anos se apresentava um total de receitas que excedia ligeiramente o das despesas. Mas não se explicava que o saldo só era positivo porque havia emissões da dívida pública, destinadas a cobrir o défice real, e que entravam como receitas.

Era como se um trabalhador contasse como receitas suas não só os seus

salários mas também aquilo que pedisse emprestado.

1.2. A balança de pagamentos que tinha sido normalmente superavitária em virtude sobretudo do contributo das remessas de emigrantes, apresentava no final de Abril um défice superior a 6 milhões de contos.

1.3. Os preços mostravam em Março um aumento de 30% em relação a um ano antes.

1.4. Campeava uma especulação desenfreada na bolsa, nos bens imobiliários, etc., sem qualquer benefício para o País.

1.5. A política fiscal sobrecarregava os mais desfavorecidos.

1.6. As despesas militares, com a manutenção de uma guerra que não conduzia de modo nenhum a uma solução justa dos problemas do Ultramar, atingiam níveis dificilmente suportáveis pela nossa capacidade económica, cerca de 45% do orçamento.

1.7. Verificavam-se grandes despesas com subsídios a alguns bens alimentares, cujos preços haviam subido em flecha no mercado mundial, mas que continuaram a ser vendidos no mercado interno a preços políticos, artificialmente baixos, o que se conseguia à custa de subsídios para os quais não se dispunha de recursos financeiros suficientes. Esses subsídios eram financiados pela Caixa Geral de Depósitos, bancos comerciais e Banco de Portugal, o que significava que se estava a consumir nos prejuízos supor-



tados pelos preços «políticos» de alguns produtos uma parte da poupança nacional tão necessária para o investimento produtivo.

As dificuldades apontadas atrás há que acrescentar algumas surgidas depois do 25 de Abril:

— Um aumento geral de salários, que era justo e necessário, dados o nível de vida anterior dos trabalhadores, e a inflação, mas que cria problemas a uma economia sem base sólida;

— Uma certa retracção injustificada de alguns sectores financeiros industriais, uma diminuição do turismo, reflexo da recessão que a Europa atravessa;

— Uma temporária diminuição das remessas dos emigrantes que no entanto se reativaram posteriormente, atingindo agora níveis bem reveladores da confiança dos trabalhadores portugueses emigrados, no futuro do Portugal democrático.

## 2. Necessidade da reanimação económica

O Governo considera a reanimação e a expansão da economia como uma tarefa prioritária de todos os portugueses. A reanimação económica geral é do interesse de todos, qualquer que seja a sua classe social. Esta reanimação não



é compatível com o desenvolvimento súbito e injustificado do entesouramento, isto é, o guardar o dinheiro a um canto da gaveta, sem o pôr a render. O entesouramento prejudica a economia portuguesa na medida em que traz dificuldade à política de crédito e consequentemente à dinamização da produção. O Governo tomou medidas e tomará outras para que essa reanimação se torne um facto.

No sector da *Construção Civil* temos algumas dificuldades.

A política da construção do regime anterior estava errada; havia especulação nos terrenos, nas vendas e nas rendas. Esta especulação só pode ser combatida desenvolvendo amplamente a construção de habitação social, e estimulando a construção corrente de menor preço.

Vamos pôr em prática uma nova política com 2 objectivos simultâneos:

— Reanimar a indústria da construção civil;

— Contribuir para a solução do problema da habitação.

No tempo do regime deposto, em cada 100 casas construídas, apenas 5 eram sociais.

Agora, o Governo vai empreender um vasto plano de construção social, ao qual destinará 5 milhões de contos, 1500 fogos por mês.

O fim das guerras em África conduzirá, no futuro, a libertar verbas importantes. No entanto, devemos ter em atenção:

— A guerra ainda não acabou, não obstante os nossos sinceros esforços

para um cessar-fogo;

— Temos necessidade de manter tropas em África durante o processo de descoloniação;

— Despesas de transportes no regresso das tropas;

— Despesas com a descoloniação;

— Pagamento de encomendas de material pelo antigo regime.

## As vantagens económicas e financeiras do fim da guerra só se deverão fazer sentir dentro de dois anos.

Contudo, acabar com as guerras de África, é, em si mesma, uma boa e nobre solução para o nosso País e para os povos da Guiné, Angola e Moçambique.

## 3. Salários e preços

Desde o 25 de Abril verificaram-se importantes aumentos de salários.

A fixação do salário mínimo de 3300\$00 representou a imediata e considerável melhoria da situação de muitas centenas de milhares de trabalhadores.

Reconhecemos que há sectores em que se torna difícil a aplicação desse mínimo. O Governo está a estudar esses casos, em alguns dos quais os próprios trabalhadores mostram grande compreensão.

Mas devemos também ter presente que os salários estabelecidos por lei e os contratos colectivos de trabalho são para se cumprir.

Na sua política de salários e preços, o Governo, de acordo com o Programa do MFA, tem sido norteado pela preocupação de atender, prioritariamente, às classes mais desfavorecidas.

Não se pode resolver tudo de um dia para o outro. Foi-se para um congelamento dos salários a partir de certo nível.

Trata-se de um congelamento provisório: o desenvolvimento económico precisa de bons técnicos e especialistas e estes devem ser bem pagos.

Contudo, não podemos arrancar do estádio em que nos encontramos, com salários elevados, idênticos aos de outros países muito mais desenvolvidos que o nosso, nem com horários de trabalho inferiores aos desses mesmos países.

Os aumentos de salários e vencimentos, embora ainda insuficientes e não respeitando a todos os trabalhadores, resolveram já situações mais difíceis.

Infelizmente, *apesar das medidas de congelamento de preços não se está de momento, em condições de evitar o progresso da inflação*, embora se procure limitá-la através da expansão controlada da actividade creditícia.

Como se disse atrás, torna-se necessário e inevitável o aumento de certos preços, quer devido a causas externas, quer devido a causas internas.

Dentre as causas externas salientam-se: os preços dos alimentos importados subiram nos últimos dois anos, metade a carne, quase para o dobro o trigo, mais de 2 vezes o açúcar, três vezes o petróleo e quatro vezes as matérias-primas para adubos.

Dentre as causas internas: a escassez da oferta em relação à procura; a necessidade de aproximar os preços praticados no mercado, dos preços reais, por impossibilidade de manter os subsídios ao nível que se praticava no antigo regime.

Estes aumentos vão agravar a situação da população portuguesa. Trata-se porém de medidas de emergência, que pretendem, antes de tudo, acautelar o futuro.

## 4. Política social

Uma das principais preocupações do Governo Provisório, de acordo com o Programa do Movimento das Forças Armadas, tem sido lançar os fundamentos de «uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os portugueses» (Programa do Movimento das Forças Armadas).

Os aumentos do abono de família e o seu alargamento a mais de meio milhão de crianças, a continuidade dos benefícios da Previdência no tempo de desemprego, a duplicação das pensões sociais para inválidos e maiores de 65 anos, medidas de ajuda aos desempregados, actualmente em estudo, etc., são exemplos dessas preocupações.

A par da atenção pela situação das camadas mais desfavorecidas, o Governo encara, no quadro de uma política de austeridade, que a situação impõe, pôr termo a situações escandalosas de reformas de muitas dezenas de contos, fixando como máximos para pensões o correspondente ao vencimento dos ministros.

## Conclusões

Procurei focar, de um modo geral, os aspectos mais característicos da presente situação económica e social do País.

Através dos vários meios de comunicação, a partir da semana que hoje se inicia, os senhores ministros e secretários de Estado explicarão, com mais detalhe, cada um dos aspectos agora tratados.

Portugal vive um momento muito particular da sua história, simultaneamente de grande esperança pela liberdade alcançada e de preocupação pela grave crise herdada, da qual urge libertarmo-nos.

É passado o tempo em que o Governo mentia ao povo.

O País tem necessidade de conhecer a sua situação real.

Só assim poderá compreender os sacrifícios e a austeridade que se lhe pedem.

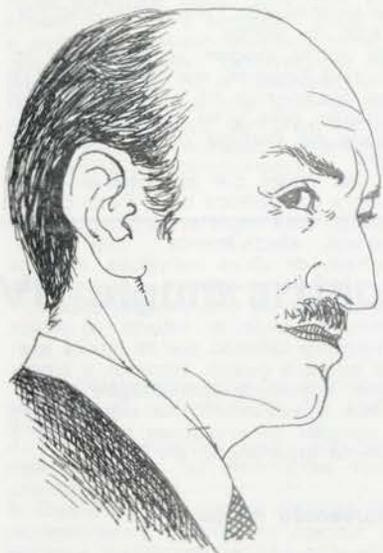
A primeira condição para vencer as dificuldades é conhecê-las, é ter bem consciência delas, o que exige, em todos os instantes, uma política de verdade por parte dos dirigentes.

É com base nessa política de verdade e no esforço de todos os portugueses, qualquer que seja a classe social a que pertençam, que se construirá o Portugal democrático, próspero e independente, que desejamos.

## Os empresários e o novo regime

Depois de uns largos meses em que a opinião pública acusou o grande capital de estar deliberadamente a sabotar a economia e este se defendeu, em certos casos, eis que um grupo constituído pelos mais representativos empresários portugueses se propõe investir 120 milhões de contos para dinamizar a economia nacional. A oficialização dessa proposta da iniciativa privada concretizou-se ontem ao fim da tarde, quando o primeiro ministro Vasco Gonçalves, na presença dos ministros das Finanças, Economia e Equipamento Social, recebeu no Palácio de S. Bento esse grupo de empresários, constituído por António Champalimaud, José Manuel de Melo, Manuel Espírito Santo, eng.º António Guedes, eng.º Mário Moreira, eng.º Paulo Valladas, eng.º José Mardel Correia, dr. Morais Leitão, António de Mello Champalimaud, António Miranda, dr. Faria Blanc e arq.º Conceição Silva. Estas conhecidas personalidades da vida económica portuguesa apresentaram ao coronel Vasco Gonçalves um «dossier» de 180 páginas com o desenvolvimento deste audacioso projecto, previsto para ser realizado em cinco anos.

A reunião principiou às 19 horas, tendo demorado aproximadamente uma hora. A expressão dos números é perturbante tendo em conta os níveis a que se tem situado a economia portuguesa. Natural, portanto, a expectativa. António Champalimaud solicitado logo à entrada pelos jornalistas e interrogado se «este empréstimo» vai resolver a actual situação do país, corrige logo a pergunta afir-



mando:

— Isto não é um empréstimo. Os 120 milhões de contos são para gastar. Não ouvi falar em empréstimo.

Outra pergunta feita visava saber em que sentido iriam ser feitos os investimentos, mas António Champalimaud declarou que acabava de chegar de fora e talvez na última semana se tivessem

AGOSTO

21

QUARTA-FEIRA

passado coisas de que não tenha conhecimento.

Quisemos saber se esta proposta poderia ser interpretada como um acto de confiança no governo e no país e ao mesmo tempo um acto político dos empresários.

— É um acto industrial — respondeu António Champalimaud. — É um acto normal, um acto de rotina. Os industriais estão sempre a investir. Só que agora decidiram pôr em conjunto os investimentos que têm projectados. Faz este volume todo, muito embora os contos já estejam agora bastante desvalorizados.

Receptivo, o discutido empresário foi respondendo a outras perguntas enquanto se encaminhava para o salão onde teria lugar a reunião.

— Isto trará benefícios para o povo? Foi a pergunta de outro jornalista.

— Tudo quanto seja industrializar é benefício para o povo.

— Há indústrias novas a montar no País?

— Bem, eu não conheço a coisa em detalhe, mas pelo que me disseram é a extensão das que existem e há muitas unidades novas. Mas eu não quero ser o porta-voz do grupo.

«Diário de Lisboa», 22 de Agosto

## O saneamento na Suécia

A propósito da situação na embaixada portuguesa na Suécia recebemos de um nosso leitor a seguinte informação:

A colónia portuguesa sente-se inquieta pelo facto de indivíduos comprometidos com o ex-regime continuarem a ocupar cargos oficiais em aparente contradição com as leis que estabelecem os princípios básicos do saneamento.

A colónia portuguesa sabe do que estes indivíduos são capazes, pois foi vítima das suas actuações negativas durante bastantes anos.

Por tal motivo exige o seu afastamento, ou, pelo menos, que sejam imediatamente suspensos até ao apuramento final das respectivas culpas em processos de inquérito rigorosos, nos termos das disposições recentemente aprovadas em Conselho de Ministros. Da parte dos cidadãos portugueses residentes na Suécia não subsistem dúvidas quanto ao resultado dos inquéritos que eventualmente venham a ser efectuados abusos de poder, violências contra as pessoas e práticas de

corrupção ocorridas durante o regime deposto. Só assim poderá ser entendido, nas suas exactas proporções, o apoio que essas individualidades prestaram ao «statu quo» fascista.

De qualquer modo, desde há muito que a colónia portuguesa não lhes reconhece idoneidade, nem competência, para desenvolverem uma política de intervenção válida junto dos cidadãos portugueses e também junto do povo sueco, que tão necessitados se encontram de uma informação actualizada e inequívoca sobre o que de novo se está a passar no nosso País. A desconfiança geral de que são alvo já lhes foi pública e pessoalmente manifestada por portugueses, em 10 de Junho último, no decurso de uma recepção oferecida pelo embaixador Rui Medina à colónia portuguesa, no Museu Histórico de Estocolmo. A este acontecimento referiram-se oportunamente a imprensa portuguesa e, de uma forma mais pormenorizada, a imprensa, rádio e televisão sueca. Os justificados motivos de queixa da colónia portuguesa passaram

AGOSTO

24

SÁBADO

a partir dessa altura a encontrar a maior receptividade e simpatia na opinião pública sueca. Os portugueses residentes na Suécia mantêm-se no firme propósito de desmascarar e de se opor a quem quer que atente contra o Programa do M. F. A., com o qual se afirmam intransigentemente solidários e colaboradores, no sentido de ajudarem, com o melhor espírito, e sem olhar a sacrifícios, a construção de um Portugal verdadeiramente democrático.

«República», 24 de Agosto

# O caso da Sogantal

*No princípio de Agosto, as pessoas tinham começado a ouvir falar da Sogantal, uma fábrica do Montijo. Nessa altura, os jornais deram assim a notícia:*

As operárias da Sogantal ocuparam as respectivas instalações e começaram a vender a mercadoria — fatos de treino — já quase há dois meses, em virtude das sucessivas recusas do patrão perante as suas reivindicações.

Trata-se de mais um dos casos de empresas estrangeiras de confecção de vestuário, a Lammont, com fábricas em Portugal, para poderem assim utilizar a mão-de-obra nitidamente mais barata que aqui lhes tem sido até agora e sem grandes problemas possibilitada. Posta no dia 20 de Maio em face dum caderno reivindicativo, em que se pedia um aumento de 1250 escudos, um mês de férias, um mês de subsídio e 13.º mês, a entidade patronal recusou-se a acrescentar fosse o que fosse aos antigos salários, que atingiam no máximo 1600 escudos mensais. Entretanto saiu o decreto do Governo Provisório que fixou o salário mínimo em 3300 escudos e que, curiosamente, ultrapassa as reivindicações das operárias da Sogantal. Em resposta, ameaça-se com o encerramento da fábrica, ficam por pagar os salários da última quinzena de Maio e desaparecem o representante da Lammont e o gerente português. Foi então que as operárias ocuparam a fábrica e como não podiam continuar sem receber o salário, iniciaram a venda dos fatos de treino, com grande apoio da iniciativa pela população em geral. Simultaneamente foi elaborada uma proposta de manutenção do funcionamento da fábrica e de alargamento das suas actividades asseguradas pelo Estado que foi apresentada no dia 30 de Julho aos Ministérios do Trabalho e da Coordenação Económica.

Nesta situação de impasse, as operárias da Sogantal prosseguem de forma auto-gestionária, a produção e distribuição dos fatos de treino. Dadas porém as circunstâncias nacionais em que tudo isto se passa, é evidente que os trabalhadores não poderão manter por muito tempo a experiência de auto-gestão em que se empenharam. É por isso que eles apelam para a solidariedade de todos os trabalhadores e pedem a sua comparência numa manifestação de apoio à proposta apresentada ao governo, que terá lugar na sexta-feira, dia 2 de Agosto, às 19 horas, na Praça do Chile.

«República», 1 de Agosto

*A partir daí, a Sogantal passou a ser um dos assuntos mais falados em Portugal. Mas foi já quase no fim do mês que aconteceu o mais inesperado. Passamos mais uma vez a palavra aos jornais:*

As 48 operárias da Sogantal, que há três meses ocupam as instalações da empresa — produtora de fatos de treino —

terão hoje, certamente, uma resposta à sua reivindicação fundamental: nacionalização da fábrica.

Esta súbita viragem no desenrolar do processo-Sogantal, que há cerca de 15 dias descrevemos em pormenorizada reportagem, deve-se ao aparecimento inesperado em Portugal do proprietário da firma.

Há três meses que as operárias solicitavam a comparência do sr. Pierre Lardat, o patrão, para negociações directas. E ele apareceu efectivamente... mas acompanhado de vários indivíduos, armados de gases lacrimogéneos e pistolas de alarme, além de dois enormes cães.

Assim, na tarde de sábado, os novos «invasores» sabendo que na fábrica apenas estava o guarda, entraram, e procederam à imediata desmontagem de máquinas e arrolamento de material com a intenção de evacuarem tudo para a sede da organização, em França.

## Intervenção militar

Alertada pela mãe do guarda, que ao procurar entregar o almoço ao filho não o conseguiu, pois os ocupantes tinham-no fechado no escritório e impediam, quem quer que fosse, de entrar na firma, as jovens operárias, auxiliadas por inúmeros populares, cercaram imediatamente as instalações, dispostas a entrar. O pro-



prietário e ocupantes utilizaram então granadas e pistolas (de alarme), barricadas no escritório.

Compareceram finalmente forças da GNR, elementos da Base Aérea n.º 6, do Montijo e do COPCON que conduziram os «invasores» para o quartel do Lumiar. Entretanto os populares destruíram os carros utilizados por eles na sua deslocação de França.

A proposta que será, novamente, dis-

cutida hoje no Ministério do Trabalho, com a participação do proprietário da firma e delegados dos operários, terá as seguintes alternativas: pagamento de salários até que consigam outro emprego, concessão de material para continuarem o mesmo tipo de produção ou, finalmente, transformação da fábrica numa secção das oficinas de Fardamento Militar.

## Depoimento de um operário

*Registamos ainda o depoimento de um operário, que teve importante papel no assalto aos «invasores franceses»:*

«Eu intervim porque sou operário. Vinha lá de cima de Atalaia e quando me aproximei daqui vi a multidão em volta da fábrica. Perguntei o que se passava e disseram-me que havia um rapaz detido como refém, lá dentro, pelos franceses, patrões da fábrica, que queriam roubar tudo o que lá estava. De modo que galguei para cima do muro e vi um indivíduo francês com um cão-polícia preso por uma corrente. Perguntei-lhe o que estavam para ali a fazer mas ele não me respondeu pois não deve ter percebido. Então virei-me para o pessoal: *Vamos para dentro que está lá um colega nosso*

*e é português. Está preso como refém deles. Saltei para dentro e o homem assobiou com um apito e apareceram logo uns seis ou sete homens com paus e picaretas. Puxei da minha navalha que era a única defesa que eu tinha. Então o pessoal arrombou o portão e juntaram-se-me, mais sete ou oito homens. Eles meteram-se todos lá dentro». «Dirigimo-nos então para a porta da fábrica e apareceu o patrão. Disse-lhe*

para deixar sair o guarda. Mas ele nem respondeu. Tornei a repetir e nada. Então atirei-me contra a porta. Foi aí que me atiraram com essa coisa de lacrimogéneo e com líquido de extintor. Forçámos por fim a porta de entrada. Foi quando eles se refugiaram no escritório. Veio então o sargento da Guarda Republicana do Montijo que em colabo-

ração connosco tentou falar com eles a bem. Eles não o aceitaram. Então eu e outro companheiro tentámos forçar a janela do escritório. Lançaram-nos três granadas de gás. Fiquei inanimado, levaram-me aos ombros para junto de uma torneira de água. Isto continuou até que vieram as Forças Armadas que entraram lá dentro e os convenceram.»

«Eles quiseram aproveitar o facto de haver festa na Atalaia pensando que toda a gente iria para lá e que ninguém daria pela vinda deles. Tinham até duas camionetas preparadas para levar todo o material da fábrica. Mas enganaram-se...»

«República», 26 de Agosto

## A LEI SOBRE A GREVE - alguns artigos

### Artigo 1.º

É garantido aos trabalhadores o direito à greve nos termos do presente diploma.

### Artigo 2.º

Considera-se greve a recusa colectiva e concertada do trabalho tendente à defesa e promoção dos interesses colectivos profissionais dos trabalhadores.

### Artigo 3.º

Não é permitida a greve:

- Às forças militares e militarizadas;
- Aos magistrados judiciais;
- Às forças policiais e guardas prisionais;
- Aos bombeiros.

### Artigo 6.º

Considera-se ilícita a greve declarada com desrespeito do processo

..... e acordos colectivos, bem como:

- A greve desencadeada por motivos políticos ou religiosos;
- A greve de solidariedade que não interesse directamente à mesma profissão, a menos que exercida em apoio a trabalhadores da própria empresa.

### Artigo 8.º

1. A greve deve ser obrigatoriamente precedida de um período de negociações e de tentativa de conciliação ou mediação com a entidade patronal nunca inferior a 30 dias, contados a partir da data da apresentação por escrito das reivindicações.

2. Enquanto não for regulado o sistema de solução dos conflitos colectivos, a mediação de que trata o n.º anterior será exercida por comissões «ad hoc», constituídas por um representante do Ministério do Trabalho que presidirá e por dois representantes dos trabalhadores.

3. A greve só poderá ser declarada se

forem desatendidas total ou significativamente, as reivindicações dos trabalhadores.

4. As reivindicações serão subscritas pela associação ou associações sindicais competentes.

5. Quando as associações sindicais não representem a maioria do pessoal da empresa, a competência para apresentar reivindicações pertence às assembleias dos trabalhadores das empresas para esse fim reunidas.

### Artigo 9.º

1. A competência para desencadear a greve pertence às associações sindicais dos trabalhadores quando isolada ou conjuntamente representem a maioria do pessoal da empresa.

2. Nas empresas em que a maioria do pessoal não esteja representada por associações sindicais, a assembleia dos trabalhadores poderá decidir a greve nos termos seguintes ou delegar essa competência em organismos intersindicais quando legalmente reconhecidos.

### Artigo 14.º

1. É garantida a liberdade de trabalho dos não grevistas.

2. Enquanto durar a greve não pode a entidade patronal substituir os grevistas por pessoas que, à data da entrega das reivindicações não estejam ligadas à empresa por um contrato de trabalho.

### Artigo 16.º

1. A greve suspende o contrato dos trabalhadores nela intervenientes sem prejuízo de observância das disposições aplicáveis na legislação sobre previdência.

2. O tempo de suspensão conta-se para efeitos de antiguidade.

### Artigo 21.º

As entidades patronais apenas poderão proceder ao encerramento da empresa:

a) Quando seja declarada uma greve que não obedeça ao condicionalismo previsto nos artigos anteriores; b) Quando se verifique a ocupação dos locais de trabalho em infracção do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do presente diploma; c) Quando se verifique por parte dos trabalhadores, actos de destruição ou deterioração voluntária de mercadorias, de matérias-primas, equipamentos e instalações; l) Quando, por razões de ordem técnica, reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, se verifique a impossibilidade de continuação de laboração.

### Artigo 28.º

1. Aqueles que desencadearem, mantiverem ou impedirem greves ou «lock-out» servindo-se de violência, ameaça ou coacção sobre os trabalhadores ou entidades patronais serão punidos com prisão até 6 meses.

2. Os promotores das reuniões, delegados de greve e associações sindicais que não notifiquem o Governo, nos termos dos artigos 10.º n.º 4 e 11.º n.º 3 do presente diploma serão punidos com multa de 500\$00 a 10 000\$00, que será elevada ao triplo no caso do artigo 17.º n.º 3.

3. Os empresários que não façam a notificação prevista no artigo 23.º n.º 2, serão punidos com a multa de 10 000\$00 a 200 000\$00.

4. O presente artigo não prejudica a aplicação de penas mais graves estabelecidas na lei geral, ficando também ressalvada a responsabilidade civil e disciplinar pelos actos praticados.



## Reconhecimento da independência da Guiné-Bissau



O dia de hoje é duplamente festivo, para todos os portugueses já que hoje se celebra não uma, mas duas independências. A primeira é a da Guiné-Bissau que chega ao termo duma longa luta plenamente justificada pelo dia de hoje. A segunda tem características especiais, já que se não refere à independência dum país, mas à dum povo que hoje se liberta «de jure», das amarras que o prendiam a um passado historicamente condenado. Iniciou-se a luta do povo da Guiné-Bissau há muitos anos, mas não há mais anos do que a luta dos portugueses pela liberdade que os leva, hoje, a abraçar o povo da Guiné-Bissau e a tratá-lo de irmão pela primeira vez na história.

Ambas as lutas foram difíceis e ambas causaram mortes e sacrifícios que ambos os povos lamentam mas que não foram inteiramente inúteis na medida em que contribuíram para acelerar o processo histórico que nos permite, hoje encarar o futuro com olhos novos.

Pode o povo da Guiné-Bissau honrar os seus filhos que morreram em combate, mas os pais dos muitos portugueses que ficaram na Guiné têm também, hoje razões para celebrar: não voltarão a morrer jovens no solo do novo país e o povo português reata, hoje a sua tradição de povo voltado para o futuro. A independência que os portugueses hoje celebram, é, assim, tão importante como a celebrada pelos povos da Guiné-Bissau, tanto mais que foi conquistada por um movimento de consciência surgido no próprio seio das suas Forças Armadas, isto é, no próprio seio das forças com que a reacção contava para continuar o seu combate contra a história.

## Das cartas que nos escreveram...



*Dos quatro cantos do mundo, de toda a parte onde há portugueses em busca de uma vida melhor, muitas cartas nos foram escritas.*

*Cartas dos que pela primeira vez em toda a sua vida se dirigem a uma entidade oficial, como eles dizem.*

*Cartas de alegria e de esperança pelo que se passou em Portugal a 25 de Abril.*

*Cartas que revelam como os emigrantes assumem agora de um modo diferente a sobreexploração e a humilhação e discriminação constantes do patronato e dos governos dos países onde trabalham.*

*Cartas: muitas cartas daqueles que querem regressar.*

*A essas cartas pretendemos dar resposta através desta secção.*

*Por isso pedimos a todos aqueles que nos lêem que nos escrevam sempre; que nos falem dos vossos problemas, da vossa vida aí; que nos digam como é que vocês vêem o que se passa aqui, como é que vocês gostariam de ver orientar-se a política da emigração, o que é que vocês gostariam que a Secretaria de Estado da Emigração deveria fazer pelos emigrantes.*

*Escrevam. Digam o que pensam da revista: se ela responde aos vossos problemas, ou se na vossa opinião devia falar de outros assuntos e temas. Nós prometemos responder na medida do possível.*

### O desejo de voltar

«Já passaram vinte e dois anos que fui obrigado a abandonar a minha terra, por razões que todos conhecemos.

Hoje está despovoada e só se encontram lá uns velhotes de lágrimas nos olhos, por não terem com eles os filhos para os ajudar a passar o pouco tempo que lhes resta.

Não poderíamos nós, homens de coragem, fazer na nossa terra o que estamos a produzir nas outras?

Os homens que guiam a nação que nos ajudem, porque nós só estamos a empobrecer o nosso País para darmos fortuna aos outros que ainda nos acolhem de maus olhos, como ladrões do pão que nos pertence.

Tenho um posto razoável, ganho um bom salário, mas com grande indiferença deixarei esta terra e voltarei com os meus filhos para a minha terra, se o novo Governo nos aceitar de cabeça erguida e disposto a ajudar-nos.

Peço uma decisão não só para mim, mas para algumas centenas que voltaríamos em grande massa, se nos abrissem o caminho que nos tem sido cortado de todos os lados.»

António Marques Parreira

FRANÇA

*Esta carta, parecida com muitas outras que recebemos, põe o dedo na ferida, toca na preocupação fundamental de grande parte dos emigrantes: o regresso.*

*Para muitos deles uma coisa é evidente: derrubado que foi a 25 de Abril o regime de Salazar-Caetano, não há mais razões para que subsistam as causas que levaram mais de dois milhões de portugueses a emigrar: os salários de miséria, o desemprego, a guerra, a pouca terra que não dá sequer para viver.*

Mas eles não têm razão senão em parte: se é verdade que hoje todas as condições existem para lutar pelo fim do desemprego, por salários decentes, pela terra para aqueles que a trabalham, se é verdade que as liberdades e direitos conquistados pelo povo português são hoje muito maiores do que em qualquer outro país democrático, também é verdade que as estruturas económico-sociais que estão na origem desses males permanecem intactas.

E com a crise económica que alastra por toda a Europa e que engendra o aumento constante do custo de vida, o desemprego, as falências das pequenas e médias empresas, as condições de vida daqueles que trabalham não podem senão agravar-se, enquanto uma pequena minoria meter no bolso o fruto do trabalho de quase todos.

Acabar de vez com esses problemas implica um desenvolvimento económico capaz de conduzir a uma justa repartição da riqueza social, que não é possível no quadro das estruturas económicas e sociais actuais.

Mas o que é importante é que hoje todas as condições existem para lutar pelo fim dessa situação: os trabalhadores têm hoje a força, apoiando-se nos direitos e liberdades conquistados, de lutar por uma modificação radical de estruturas, por uma sociedade nova onde não caibam mais explorados, nem exploradores.

A condição para isso é, como nos diz o senhor José Luís Ferreira, também emigrante em França, «que todos os portugueses que lutam realmente pela liberdade se unam e continuem fortes»...

## ...E o problema da tropa

«Aqui em França contam-se os maiores disparates.

É claro que são esses tipos que não estão conformes com a mudança e que tiveram de fugir. Não basta termos andado tantos anos debaixo dos pés deles, para eles nos viem agora para aqui chatear.

E estão precisamente a actuar perto das camadas mais jovens, sobretudo os compelidos militares e suas famílias, a meterem-lhes coisas na cabeça: — que não mandem dinheiro para Portugal, porque nunca mais lá podem ir;

— que o que é preciso é formar aqui uma frente, etc., etc.

Ora isso, como sabem, envolve milhares e milhares de emigrantes, visto a maioria ter em sua família um compelido militar.

Não só os compelidos, mas também as suas famílias, deixam de ir aí e ficam cá com eles, começando a empregar o dinheiro aqui — o que aliás já devem ter notado.

Seria de toda a justiça deixar esses homens ir aí e regressar aos seus lares em França, visto a grande maioria já estarem casados e com filhos — o que justifica a sua insubmissão ao serviço militar.

Seria, além de muito útil para a nação, um grande passo que o novo Governo daria.»

Luís Candeias  
FRANÇA

*Este problema é também uma preocupação comum de muitos daqueles que nos escreveram.*

Com efeito a reacção usa de todas as armas à sua mão para tentar fazer crer aos trabalhadores que a ditadura de Salazar-Caetano era melhor que o regime instaurado em Portugal a 25 de Abril.

E as armas que ela utiliza são tanto mais grosseiras e mentirosas quanto a distância do País, a ausência de informações realistas sobre o que cá se passa, lhe permite deturpar o processo real em curso.

Da calúnia do que existe à profecia voluntariamente mentirosa do que se prepara, todos os argumentos são inventados para levar o emigrante a rebelar-se contra as conquistas democráticas, que lhes são apresentadas como lesivas dos seus interesses.

Evidentemente que quem assim fala são aqueles que à sombra da ditadura de Salazar-Caetano encheram os seus bolsos explorando, denunciando, reprimindo e torturando os trabalhadores.

Vendo o chão fugir-lhes debaixo dos pés, tentam arrastar com eles os emigrantes, todos aqueles que nada tendo a perder com o derrubamento da ditadura, são susceptíveis, por falta de informação, de se deixar convencer.

Mas de uma coisa podem os emigrantes estar seguros: Tudo aquilo que eles têm e que foi ganho à custa do seu trabalho — as suas terras, as suas casas, etc. — só poderão servir-lhes de alguma coisa se, ao operarem-se profundas reformas de estrutura, se banirem todos esses que hoje pretendem servir-se deles para defender os seus interesses.

Porque para construir a casa, cultivar a terra, montar a fábrica, é preciso ter um crédito barato, juros que se possam pagar. E como é que será possível ter esse crédito se os grandes bancos continuam nas mãos dos que hoje lançam essas mentiras?

Como é que se pode cultivar a terra em boas condições, se os adubos, a alimentação dos animais, etc., continuam a ser monopólio dos grandes senhores que podem livremente especular com os preços?

Estes é que são os verdadeiros problemas para os emigrantes, que ainda estão longe de encontrar uma solução na situação actual.

E que nenhuma dúvida fique: nenhum daqueles que hoje estão realmente interessados em consolidar e alargar as liberdades democráticas, em melhorar as condições de vida do povo trabalhador, em pôr um termo à colonização, está interessado em tirar aos emigrantes aquilo que eles ganharam com o suor do seu rosto.

Bem pelo contrário!

Tem muita razão o senhor Luís Candeias em pôr o problema assim.

É efectivamente necessário dar-se os meios para que todos os emigrantes possam vir à sua terra, possam tomar contacto com o Portugal novo que está a nascer, verificar com os seus próprios olhos que são efectivamente calúnias os dizeres da reacção.

E o maior impedimento a que isso se realiza totalmente hoje é certamente o problema dos desertores e refractários, que continuam a não poder vir livremente ao País.

Ora este problema está intimamente ligado a um outro que não diz respeito só aos emigrantes, mas que afecta toda a vida nacional: o problema das colónias. Enquanto este problema não for totalmente resolvido, muitos outros — e entre eles o dos desertores e refractários — terão difícil solução.

Depois de treze anos de uma guerra injusta e sangrenta, a 25 de Abril abriu-se um processo irreversível para a independência política das colónias.

O primeiro resultado prático desse processo foi o reconhecimento por parte da Junta da legitimidade da deserção e da fuga a essa guerra injusta: a amnistia decretada para todos os desertores e refractários.

Mas essa amnistia não engloba o direito para aqueles que tinham fugido à guerra, de regressar ao País isentos de qualquer obrigação militar.

Por uma razão fundamental: para o Governo e para as Forças Armadas trata-se de não abrir excepções que possam desencadear o descontentamento ou provocar a incompreensão daqueles soldados que ainda hoje permanecem nas colónias, ou dos que deverão ainda partir para lá.

E esta a principal razão pela qual as proposições da Secretaria de Estado da Emigração, e de outros organismos, no sentido de dar solução a este problema, ainda não puderam encontrar aceitação por parte do Governo e da Junta.

O reconhecimento do direito à independência política das colónias, o reconhecimento efectivo da independência da Guiné-Bissau, assim como o reconhecimento da independência de Moçambique — e sobretudo a necessidade urgente para o povo português de pôr fim definitivo à colonização e a todas as consequências dela — são fortes razões para pensar que os esforços não só dos emigrantes mas de todo o povo português, para resolver rapidamente este problema, poderão ser coroados de sucesso — se todas as forças, correntes e organizações tomarem as suas responsabilidades.

*Esta carta dirigida ao Secretário de Estado pelo Sr. António Pereira, emigrante em França, diz, por si só, tudo. Por isso aqui a deixamos, sem comentários:*

Tendo estado a passar férias em Portugal no mês de Agosto último, o que aliás faço desde 1965, ano em que emigrei para França e sempre com o maior prazer, mas este ano foi para mim como certamente para milhares de portugueses um ano e umas férias excepcionais, graças às nossa Forças Armadas e à boa vontade de todos os democratas Portugueses. Já era tempo, pois era com grande mágoa que antes do histórico 25 de Abril todo o emigrante que chegava às nossas fronteiras tinha a impressão, não de entrar no seu País, mas sim no estrangeiro, tais eram as exigências e as dificuldades de toda a espécie postas pelas autoridades de então.

Mas se eu ousa escrever-vos estas simples linhas não é somente movido pelo desejo de vos agradecer tudo quanto possam fazer pelos emigrantes.

É que tenho acompanhado pela rádio e televisão francesa os últimos acontecimentos em Moçambique, e eu como certamente todos os emigrantes portugueses de boa fé, não podemos senão lamentar profundamente tais acontecimentos.

Apetece-me perguntar aos portugueses de todo o mundo se pensam que 12 ou 13 anos de guerra não chegaram para sugar o País quase até à última gota de sangue.

Pergunto-me também se os nossos colonos contam com 50 milhões de contos enviados com suor e lágrimas em 74, para cobrir os seus descatos e a sua sede de exploração. É tempo que todos os portugueses compreendam que o País não pode mais. Basta de descatos e desavenças. Portugal não pode nem deve morrer.

Avante pelo progresso.

Vivam as Forças Armadas Portuguesas.

Viva a democracia e Viva Portugal Eterno.

## A segunda vitória do povo sobre o fascismo

Quando este número do «25 de Abril» já estava praticamente acabado, graves acontecimentos provocados por uma minoria de reaccionários que não quer de forma alguma perder as regalias que o fascismo lhe concedia, em prejuízo de todo o povo português, vieram manchar o processo de democratização iniciado em Portugal pelo Movimento das Forças Armadas.

Foi assim que, na madrugada do dia 28 de Setembro, algumas dezenas de indivíduos pertencentes às mais ricas famílias portuguesas, tentaram realizar algumas acções armadas no sentido de repor o regime fascista e retirar ao povo as liberdades e o progresso democrático alcançados a partir do 25 de Abril. Mas a população do País, em estreita ligação com os soldados do M.F.A., provou mais uma vez a sua firme decisão de fazer calar definitivamente o fascismo. Ao longo das principais estradas de Portugal, formaram-se barregens de populares, mais tarde ajudadas por soldados, que revistaram todos os carros que se dirigiam a Lisboa, em muitos dos quais encontraram armas. O resultado foi mais uma vitória das forças populares e democráticas sobre os restos de fascismo que ainda por cá havia e cujos dirigentes foram presos. Mais uma vez, os portugueses puderam gritar nas ruas, com legítimo orgulho e satisfação, a certeza que já tinham gritado a 25 de Abril: o povo unido jamais será vencido!

### Novo Chefe de Estado

Em consequência destes acontecimentos, o general Spínola pediu a demissão do cargo de Presidente da República, passando este cargo a ser ocupado pelo general Costa Gomes, que já fazia parte da Junta de Salvação Nacional.

Pensamos apresentar aos nossos leitores uma reportagem pormenorizada, no próximo número, dos acontecimentos que acabamos de referir. Por hoje, só nos é possível acrescentar uma resumida biografia do novo Presidente da República Portuguesa, General Costa Gomes.



## QUEM É O GENERAL COSTA GOMES?

*O general Francisco da Costa Gomes, uma das mais conhecidas e prestigiosas figuras do Exército, democrata convicto, nasceu em Chaves, a 30 de Junho de 1914, e tirou o curso do Colégio Militar de 1925 a 1931, concluindo depois o curso de Cavalaria em 1935, no R. C. 9, sendo então promovido a alferes. Quatro anos depois era tenente e, em 1944, capitão, altura em que se licenciou, com distinção, em Ciências Matemáticas, pela Universidade do Porto.*

*Tendo servido em diversas unidades da sua Arma, na G. N. R. e no Estado-Maior do Exército, foi também colocado, durante um ano (1945-46) no quartel-general do Supremo Comando Aliado do Atlântico e no Estado-Maior de Macau, de que foi adjunto e, depois, chefe, entre 1949 e 1951. Promovido a major em 1952, a tenente-coronel em 1955, a coronel cinco anos depois, entrou no generalato em 1964, quando ascendeu ao posto de brigadeiro, passando a general em 1968. Entretanto, frequentou o Curso do Estado-Maior e o Curso de Altos Comandos. O general Costa Gomes desempenhou, de resto, elevadas funções durante a sua*

*tário de Estado do Exército, ainda antes da sua promoção a general, e mais tarde, de professor do Curso de Altos Comandos, no Instituto de Altos Estudos Militares, além de 2.º comandante da Região Militar*

*de Moçambique e posteriormente, de comandante da R. M. de Angola.*

*Em Setembro de 1972, foi nomeado chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, cargo de que foi exonerado já este ano, pelo regime deposto, na sequência da publicação do livro do seu então adjunto, general António de Spínola, «Portugal e o Futuro».*

*Pouco tempo depois, viria o 25 de Abril. E o respeitado e distinto oficial recuperaria desta vez no seio da Junta de Salvação Nacional, aquele mesmo elevado cargo.*

*A sua cultura, espírito de justiça, rectidão moral fizeram dele, como atrás dissemos, um dos mais prestigiosos homens das Forças Armadas, que respeitam no general Costa Gomes a figura praticamente incontestada de seu principal «leader». De resto, sabe-se que o Movimento das Forças Armadas depositara, desde o princípio a maior confiança no actual Presidente da República, constando mesmo que uma parte do M. F. A. teria visto com maior agrado a sua nomeação para este alto cargo logo após o 25 de Abril.*

*Homem simples, amante da leitura (e possuidor de uma boa biblioteca), o general Costa Gomes é um homem de hábitos simples, que gosta de hipismo e de natação. Casado com a sr.ª D. Maria Estela Costa Gomes, tem um filho, estudante, e reside em Lisboa, num prédio da Avenida dos Estados Unidos da América.*

*É precisamente num momento destes que as forças da reacção se empenham em nos combater; mas nós, Movimento das Forças Armadas e Forças Armadas do povo português, estamos vigilantes.*

*Esta crise fortaleceu mais esta unidade, fortaleceu mais as condições de desenvolvimento da democracia em Portugal e ainda de esclarecimento das nossas posições. De levarmos o Movimento das Forças Armadas e as Forças Armadas a todos os pontos do País a fim de esclarecerem os nossos objectivos, de combaterem a calúnia, de combaterem os nossos opositores que se servem precisamente da despolitização do povo português para combaterem precisamente o futuro desse povo português, dizendo eles, reaccionários, que são os verdadeiros defensores desse futuro, e não nós.*

